

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
MERENDA**

**PRESIDENTE
MARCOS ZERBINI - PSDB**

11.10.2016

CPI - MERENDA**11.10.2016**

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato nº 48, de 15 de junho de 2016, com a finalidade de apurar e investigar o fornecimento de merenda escolar em todas as escolas estaduais, nos contratos firmados por empresas e por cooperativas de agricultura familiar com o Governo do Estado de São Paulo e municípios paulistas, além de eventuais ações de agentes públicos e políticos, para esclarecer se houve ou não prejuízos ao erário.

Registro, com muito prazer, as presenças dos nobres deputados Barros Munhoz, Alencar Santana Braga, Estevam Galvão, Gilmaci Santos, Delegado Olim, Marcia Lia e José Zico Prado.

Peço à secretaria que faça a leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. GILMACI SANTOS - PRB - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da Ata.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - É regimental. Fica dispensada a leitura da Ata da reunião anterior.

Começamos a nossa reunião com a oitiva de duas testemunhas. Quero pedir à secretaria que, por favor, convide a Sra. Dione Moraes Pavan, membro da Comissão de Credenciamento do Departamento de Alimentação e Assistência ao Aluno da Cise - Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares.

Quero também registrar a presença dos nobres deputados Chico Sardelli e Adilson Rossi.

Senhoras e senhores, está presente a Sra. Dione Moraes Pavan.

Sra. Dione, a senhora foi convocada para prestar esclarecimentos sobre o referido caso Alba Branca, que a senhora deve ter acompanhado pelos jornais e pela imprensa, de uma forma geral. A ideia original da comissão é que cada depoente... Em primeiro lugar, a senhora está aqui na condição de depoente, de testemunha. Portanto, quero dizer que a senhora tem o dever de falar a verdade, sob as penas da lei, tanto do ponto de vista civil quanto criminal.

Em segundo lugar, tem sido praxe que as pessoas, primeiramente, falem um pouco do seu histórico no funcionalismo público, contem um pouco da sua vida, da sua trajetória e da função que atualmente estão exercendo. Depois, com relação aos fatos da Operação Alba Branca, a senhora deve dizer aquilo que sabe, se sabe que teve o nome citado, se tem alguma relação com o pessoal da cooperativa Coaf, enfim, deve fazer uma pequena explanação sobre o que sabe de tudo isso.

Então, passo-lhe a palavra. Logo depois, os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas farão as perguntas que entenderem necessárias.

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Sou nutricionista e ingressei na Secretaria da Educação como estagiária em 2006, quando ainda estava cursando a faculdade. Desde então, estou trabalhando no setor da merenda. Em 2009, fui contratada. De 2011 para 2012, houve uma reestruturação da secretaria e então passei a fazer parte do centro de nutrição até este ano. O centro de nutrição era o setor responsável pelos cardápios, pelo desenvolvimento de produtos, por acompanhar essa parte.

Fui membro da Comissão de Avaliação e Credenciamento da chamada pública do suco de laranja e é por isso - acredito - que estou aqui, porque meu nome faz parte da comissão. Este ano, em setembro, fui exonerada da secretaria. Acho que é isso. Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - A senhora tem alguma relação com algum membro da cooperativa?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Conhece algum deles?
O senhor Marcel?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não, não os conheço. O único contato que tive com a cooperativa foi durante a chamada pública, pois recebemos a documentação, participamos da parte de testes e de análise técnica. Esse foi o único contato que tive com ele.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Sr. Presidente, apenas uma pergunta. A senhora já foi a Bebedouro?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não. Nunca fui.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Nunca visitou a Coaf?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, quero cumprimentar todos os deputados, os servidores, o público presente, a imprensa e a depoente. Antes de entrarmos nas perguntas, gostaria que ela falasse um pouco dos processos de que ela participou e que ela coordenou nesse período em que estava no Cenu.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - A senhora compreendeu a pergunta?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Sim. Na verdade, eu não coordenava os processos. Participávamos, como equipe técnica, em todos os processos que estavam licitando produtos para a merenda. Fazíamos a descrição técnica. O setor era responsável por descrever o produto, descrever o que esperávamos do produto. E participávamos, tanto dos pregões quanto da chamada pública, como apoio técnico na conferência das propostas no que cabia à parte técnica: lista de ingredientes, composição do produto, essa parte. Foi nesse sentido que participei de outros processos de licitação e chamada pública também.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A senhora pode falar quem era sua chefia imediata, o responsável, enfim... Naquela estrutura organizacional onde a senhora trabalhava, a quem a senhora respondia?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Com a reestruturação, eu estava no centro de serviço de nutrição. Havia um diretor do centro, que, na época dessa chamada pública, era a Vanessa Vieira. Acima dela, havia o diretor do Departamento de

Alimentação e Assistência ao Aluno, Rodrigo Pimenta; e acima do departamento, havia a Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares, em que a coordenadora era a Dione Di Pietro. E a coordenadoria era ligada diretamente ao gabinete e ao secretário.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Mais alguma pergunta de esclarecimento geral? São nove horas e 25 minutos. Até as 10 horas e 25 minutos, os Srs. Deputados e Sras. Deputadas que quiserem se inscrever para fazer perguntas, podem fazê-lo. Tem a palavra o nobre deputado Chico Sardelli.

O SR. CHICO SARDELLI - PV - Bom dia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas e Sra. Dione Moraes Pavan. Embora eu tenha ouvido uma negativa, vou perguntar novamente: qual o seu conhecimento, qual o seu relacionamento ao longo desse processo todo, com o senhor Marcel Ferreira Julio? Em nenhuma oportunidade a senhora esteve junto com ele, conheceu, falou, trocou ideias ou coisa parecida?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Sinceramente, não me lembro de ele ter ido ao departamento. Não sei se ele chegou a ir com alguém entregar documento. Não me recordo dele. O único envolvimento que eu tive com a cooperativa foi o de receber documentação e amostra de produto - só isso.

O SR. CHICO SARDELLI - PV - Quando e por qual razão se deu o primeiro contato com membros da Coaf?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Os primeiros contatos com a cooperativa foram em relação a produtos que eles apresentavam. Nas chamadas públicas de suco de laranja, eles apareceram apresentando propostas, apresentando suco. Esse foi o contato.

O SR. CHICO SARDELLI - PV - A senhora conheceu algum ex-diretor, funcionário, atual diretor da Coaf, com os quais a senhora teve esse relacionamento ou conhecimento?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não me recordo dos nomes nem da posição deles. Lembro que sempre havia algum representante deles. Normalmente, eles

iam ao departamento em mais de uma pessoa para entregar a documentação ou a amostra, que era o que eles precisavam fazer...

O SR. CHICO SARDELLI - PV - Quando a senhora diz eles iam, quem são eles?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não me recordo dos nomes deles. Sei que eles iam entregar a documentação, e sempre pedíamos para eles assinarem o protocolo de recebimento. Mas não me recordo do nome deles. Na verdade, era uma prática não só para esse produto, mas para todos os produtos que eram licitados. Nós recebíamos tanto a documentação técnica quanto a amostra. Eles assinavam como representantes no protocolo de recebimento, e era só esse envolvimento que tínhamos com eles. Não me recordo do nome das pessoas.

O SR. CHICO SARDELLI - PV - Ao longo do processo, em algum momento a senhora recebeu... Ou pelo menos foram colocadas algumas questões não muito republicanas ou algum favorecimento pessoal à senhora para fazer com que o processo andasse do jeito que interessava a esse grupo da Coaf?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não.

O SR. CHICO SARDELLI - PV - Em momento nenhum? De forma nenhuma?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não.

O SR. CHICO SARDELLI - PV - Por ora, é só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sr. Presidente, colegas deputados, senhores e senhoras. Senhora Dione, como a senhora explicaria essa incongruência que está havendo... Ninguém sabe definir qual Dione esteve em Bebedouro. Uns dizem que

foi a Di Pietro, outros dizem que foi a senhora. A senhora não foi... Sabe se a Di Pietro foi?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não sei se ela foi. Eu não fui nenhuma vez a Bebedouro.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Como nutricionista, a senhora analisava todo tipo de produto que a Secretaria adquiria para merenda, é isso?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Nós analisávamos a documentação técnica. Em cada edital, prevíamos a entrega de documentos técnicos e a realização de testes com amostras desses produtos. Eles traziam a amostra do produto, e nós testávamos...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Certo. Estamos focando muito em suco de laranja, mas havia outros produtos da merenda. Essa é minha pergunta. Arroz, feijão... O que a senhora pode mencionar mais? Havia licitação em que a assessoria técnica cabia a vocês, com relação a todos os produtos.

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Arroz, feijão, macarrão, biscoito, barra de cereal, formulados - que seriam bebidas lácteas...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - A senhora diria que, de 100% dos produtos adquiridos, quantos por cento representavam suco de laranja, no volume global de compras dos produtos da merenda?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não sei dizer quantos por cento...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Aproximadamente, sem rigor matemático. A senhora tem uma noção, pois trabalhava na área e sabia quanto era comprado de arroz, feijão, macarrão e suco de laranja.

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Os volumes dos outros gêneros eram muito maiores; o do suco de laranja era bem pequeno.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - A senhora diria que o suco de laranja representava 5% do total?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não sei dizer em porcentagem.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Talvez 10% do total?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não sei dizer. Eram muitos processos, muitas compras.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Mas era muito maior o de outros produtos?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - O volume era bem maior.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - A senhora era a guardiã dos documentos das licitações? Isso ficava sob sua responsabilidade?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não. Nós recebíamos os documentos e colocávamos nos processos.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Esses processos sumiram? Da licitação da Coaf?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não sei.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - A senhora foi demitida por quê?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Também não sei.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - A senhora não sabe por que foi demitida?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - A senhora sabe que não pode mentir aqui?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Eu sei que não posso mentir. Não sei por que fui demitida. Eu estava em licença e fui exonerada. Tirei licença maternidade. Estava em férias e fui exonerada durante as minhas férias. Eu não sabia; soube pelo “Diário Oficial”.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sabe por que estou fazendo esse alerta à senhora? Porque o pessoal que descreve a pessoa que estava em Bebedouro fala que estava grávida. E acho que a Dione Pavan... é a senhora?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Sou eu. Mas não estive em Bebedouro.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - A senhora estava grávida, mas não foi a Bebedouro. E a Dione Di Pietro estava grávida?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Que eu saiba, não.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Não tem mais idade. É impressionante, Sr. Presidente. Precisamos reformular a força da CPI porque, senão, é melhor não fazermos. É triste. O que posso fazer? Há gente que fala que ia conversar com a Dione na Rua Treze de Maio. Eles dão endereço, dão tudo. Só pode ser a senhora. A outra não trabalhava lá, trabalhava?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não, trabalhava na República. Mas Treze de Maio é o endereço do departamento.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Então pode ser que não seja com a senhora? Era com o departamento, mas não com a senhora? A senhora sabe se o Rodrigo Pimenta atendia ao pessoal da Coaf?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Quem, da Coaf, foi lá levar a documentação? O mundo inteiro conhece a Coaf, um por um. Até criança de grupo sabe quem são. A senhora não sabe quem são?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Deputado, um aparte, por favor. O que é engraçado, nessa questão da Treze de Maio, é que todo mundo fala: “Vamos à Treze de Maio falar com a Dione”. Fazem uma referência a ela.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - É isso. E é ela quem trabalhava lá.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não é algo como: “Vamos ver alguém do departamento que nos atenda”. Desculpe, senhora Dione, mas é que o pessoal faz referência, e não é nem ao chefe - senhor Rodrigo ou Vanessa ou outros. A senhora teve outros chefes ao longo desse tempo. Sempre fazem referência à senhora.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Dá uma mão aqui, que está difícil de extrair alguma coisa. Sr. Presidente, esse negócio de mandar prender... Ninguém prende ninguém aqui. E nem nós temos competência, dizem. Acho que essa senhora precisa ser imediatamente denunciada ao Ministério Público, pois está evidentemente mentindo. Os demais deputados concordam comigo?

A SRA. MARCIA LIA - PT - Eu concordo, deputado Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - É evidente. Não adianta ficar perguntando mais, Sr. Presidente. Só requeiro a V. Exa. - e, se precisar, faço por escrito - que ela seja indiciada como uma pessoa que veio aqui mentir.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Falso testemunho.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - É o mínimo a que ela pode ter que responder. É o mínimo. Está evidente que ela não falou nem um milímetro de verdade em seu depoimento.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Posso fazer uma pergunta?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Pois não.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Quanto tempo a senhora trabalhou naquele local?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Ingressei em 2006 como estagiária e trabalhei até este ano: 10 anos.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - E a senhora não sabe dizer por que foi mandada embora.

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não sei.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - A senhora entrou lá porque viu um anúncio na rua dizendo que tinha uma vaga, como foi seu ingresso?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Eu me cadastrei na época no CIEE, órgão que contratava os estagiários. Eles me chamaram e eu fui para a vaga que tinham de estágio.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - E depois?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Depois eles precisavam contratar mais nutricionistas e abriram uma vaga para mim.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - É CLT?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não. Comissionada.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Cargo em comissão.

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Isso, cargo em comissão.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Quem foi que a contratou?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Na época o diretor era o...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Todo comissionado tem um padrinho.

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não tenho nenhum padrinho.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Quem foi? A senhora ia falar um nome.

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - O diretor era Orlando Gerola na época.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - A senhora é de Leme?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - A senhora como nutricionista experimentava os produtos?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Sim.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - A senhora compraria os produtos que experimentou?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Sim.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - São bons? O suco também?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Sim.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Então a senhora conhecia todos os fornecedores.

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Como falei, nós recebíamos os fornecedores para entrega de documentação e produtos. Eram muitos processos, muitas empresas, muitos produtos. Eu não me lembro do nome de todas as pessoas.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - A senhora sabe que este caso é da agricultura familiar.

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Sei.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Eram muitos os fornecedores?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não, da agricultura familiar não.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Quem a senhora conhece da agricultura familiar? Com quem a senhora teve contato?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Para nós era como os processos licitatórios porque o trâmite é o mesmo: recebimento de documentação e amostra.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Perguntei quais as empresas que trabalhavam para a agricultura familiar com quem a senhora teve contato, que a senhora conheceu.

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Existiram outras empresas que participaram dos processos de chamada pública, mas eu não me recordo de todas.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - De mais nenhuma?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - No suco de laranja quem forneceu para nós foram a Coaf e a Coagrosol.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - A senhora conhece os diretores?

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Às vezes, os produtos a serem entregues pela Coaf eram comprados na Ceagesp. A senhora sabia?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - A senhora não cuidava disso?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Nós cuidávamos de receber o produto que licitávamos e da documentação técnica.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Mas os produtos que eles não tinham como entregar eles compravam na Ceagesp. A senhora sabia?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não. Nós verificávamos o produto que eles entregavam.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - O que é verificar o produto?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Verificar os documentos técnicos do produto. Todo produto que entrava para merenda vinha com laudos e nós fazíamos a verificação da embalagem, a verificação qualitativa, o teste, a degustação.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Quem lá dentro dava a palavra final? Vocês dão ok, o produto está ok, a documentação está ok. A palavra final é de vocês.

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Quanto à qualidade do produto, sim.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - E essa qualidade era checada antes da licitação ou depois?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Durante o processo de licitação nós recebíamos a amostra para fazer o teste, tanto interno quanto em campo nas escolas. Era ofertado para os alunos para verificar a aceitabilidade.

O ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Alguma vez chegou alguma reclamação da qualidade do produto: de alguma escola, de um pai, de uma mãe, de um professor?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não me lembro de reclamação quanto à qualidade. Nós tínhamos uma pessoa responsável por receber qualquer reclamação...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Diga os nomes.

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - A Ingrid cuida da parte de trocas. Qualquer reclamação referente a produto era encaminhada para ela.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sobre esse laudo bromatológico, o que você sabe?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - A cada lote de produto que ia entrar no armazém nós recebíamos um laudo para conferência dos aspectos pedidos no edital: análise bromatológica, físico-química.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Vocês conferiam esses laudos...

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Conferíamos...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - ... para saber se eram verdadeiros ou não?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não. Nós verificávamos se o documento era original, conferíamos de acordo com o solicitado no processo.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A senhora alguma vez se deparou com um laudo do Instituto Adolfo Lutz?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Nós recebemos alguns laudos do Adolfo Lutz, mas eu não vou saber de quais empresas. Nós recebíamos muitos laudos porque a cada lote de produto...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A senhora é que pegava esses laudos? A senhora também era responsável por isso?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Pegava alguns na fase de licitação. Na fase de entrega quem recebe os laudos é a Ingrid, a nutricionista que fica no armazém em Cajamar.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A senhora é boa de memória?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não sei.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Porque o laudo da Coaf é falso. O próprio Instituto oficiou à CPI na semana passada.

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Eu soube ontem.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Soube por quem, mal lhe pergunte?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Pelo jornal.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ontem? Em que jornal saiu ontem?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Eu vi na Internet ontem.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ah. A própria formatação do laudo já demonstra que não é do Instituto. Isso não lhe causa estranheza? O laudo do Instituto de um jeito e outro de modo diferente? A própria Secretaria tem documentos

padrão, tem um timbre. É normal isso. A Alesp também tem o seu documento. Só de olhar não dá para reparar?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Antes mesmo do conteúdo?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - A senhora já teve os sigilos bancário, fiscal e telefônico abertos?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Que eu saiba, não.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sr. Presidente, solicito que se determine a abertura dos sigilos fiscal, bancário e telefônico da depoente.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Vossa Excelência pode solicitar por escrito, por favor.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - De certa forma, a senhora participava então da licitação na parte da qualificação do produto. Por quanto tempo a senhora fez isso diretamente junto às licitações?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Desde 2011, quando se reestruturou. Pelo menos há cinco anos.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Quantas pessoas compõem essa comissão de licitação que avalia tudo isso?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Da parte da agricultura familiar normalmente eram três, quatro pessoas.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Quem são essas pessoas?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Pessoas do departamento de licitações, que é o Desup, normalmente dois de lá, e uma pessoa da equipe técnica para verificação da parte técnica...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - No caso foi a senhora.

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Nesse caso fui eu.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Quais os nomes dessas pessoas?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Nessa chamada do suco de laranja, o Yuri e o Eduardo fizeram parte da comissão.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Isso em 2014, na chamada de 2014?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Isso.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E na de 2013?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Não houve. Ah, na de 2013. Desculpe.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - O Yuri e qual o outro?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Eduardo.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Eles participavam de outras licitações também ou foi só nessa chamada especificamente?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Também participavam de outras. Assim como nós participávamos dos pregões, eles participavam pelo Departamento de Licitações.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Quem era o chefe da Comissão de Licitação? Quem respondia pela licitação?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Tem um departamento de suprimentos e licitações. O diretor de lá, não me recordo se nessa época já era a Marilena. Era a Marilena.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Vocês se reuniam? Havia reunião sobre isso?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Normalmente os diretores se reuniam.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - A senhora não sabe por que foi mandada embora, mas a senhora sabe quem a mandou embora?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Mudou a coordenadora recentemente.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Quem era a sua chefe?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Depois da Dione, veio a Célia e agora é a Juliana.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - A senhora foi mandada embora por qual delas?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Com a Juliana.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Que substituiu a Dione.

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não. Substituiu a Célia.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Quem a chamou e falou: “A senhora está na rua?”

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Ninguém. Eu soube pelo "Diário Oficial".

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - A senhora foi impedida de entrar no prédio. A senhora nem sabe se...

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Eu fui exonerada. No "Diário Oficial" está a minha exoneração. Não fui só eu. Outras pessoas da Cise foram exoneradas. (Fala longe do microfone.) Muitos nomes. Eu não sei todos. Eu sei que foi...

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Foi depois que estourou o escândalo da Coaf?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não. Foi agora, quando mudou a coordenadora.

A SRA. MARCIA LIA - PT - A senhora não era concursada. A senhora era comissionada.

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Lá tinha um cargo comissionado desde 2009.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Por que nessa chamada só houve dois participantes e, mesmo assim, foi considerada regular? A senhora era da Comissão de Licitação nesse momento. Há necessidade de três participantes. Por que foi aprovado só com dois?

A segunda pergunta, para concluir minha participação, é a seguinte: estou com cinquenta e poucos anos de trabalho. Nunca na minha vida vi alguém que faça acolhimento de produtos - conheço muitos, milhares, milhões - e não vá visitar o estabelecimento para ver quais os processos de fabricação etc etc etc No seu caso, nunca a senhora fez isso com nenhum produto? Ou com outros a senhora fazia?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Nunca foi verificar nenhuma empresa que fornece para a Secretaria ou fábrica?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Já visitei algumas empresas...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - É praxe, não, visitar empresas que produzem.

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não. Nós não tínhamos a rotina de visitar empresas, até pela capacidade da equipe técnica.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Quantos eram na equipe técnica?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - No centro de nutrição, havia seis nutricionistas na época.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - A algumas empresas a senhora foi.

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Eu fui a uma empresa por conta de ocorrência com um produto.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - A senhora tinha amigos lá? A senhora se dava com seus colegas de trabalho?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Sim.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - A senhora podia nos ajudar só um pouquinho, pelo menos? É difícil acreditar na senhora, porque a senhora falou que só sabe que foi mandada embora pelo “Diário Oficial” e que ninguém conversou com a senhora. É inadmissível. A senhora não perguntou para um colega, para um chefe, não foi falar com alguém? Desculpe-me, eu já vi absurdos e, às vezes, eu também acho que não é tão absurdo, mas não é possível. Se a senhora tivesse trabalhado lá um mês e fosse exonerada, tudo bem, mas a senhora passou anos lá. Fica muito difícil defender a

senhora e aceitar a sua versão, com um absurdo desses. Explique-nos o que falaram sobre a sua demissão.

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - É o que eu já disse, eu vi no “Diário Oficial” a minha exoneração e...

A SRA. MARCIA LIA - PT - A senhora vê o “Diário Oficial” todos os dias?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não. Eu tenho uma amiga que trabalha em uma Diretoria de Ensino e vê o “Diário Oficial” todos os dias. Ela comentou que tinham muitas pessoas da Cise sendo exoneradas e então eu olhei o “Diário Oficial” daquele dia e eu estava sendo exonerada também. Eu liguei para a minha chefe do centro, que é a Viviane, hoje, e ela falou que também foi surpreendida, que ela não sabia que eu seria exonerada. Ela foi a única pessoa para quem eu perguntei.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - A senhora não respondeu a questão das duas propostas apenas, quando deveriam ser três.

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Quanto a isso, eu acredito que o Departamento de Suprimentos é que deve responder.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Mas a senhora não era participante da comissão? A senhora assinou a licitação?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Sim, participei da comissão para avaliação da parte técnica.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - E a senhora não percebeu que só tinha dois licitantes? A senhora não sabia que tinha que ter três? A senhora trabalhava nisso.

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Sim, mas a parte de regras de licitação quem acompanhava era o Departamento de Suprimentos.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Então, se tivesse um só a senhora aprovaria também.

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Nós avaliávamos a documentação técnica.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Isso é documentação técnica, moça.

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não, documentação técnica do produto, só a parte do produto.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - A senhora assinava pela licitação?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Assinei como comissão.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Mas a senhora julgou.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Desculpe-me, não era só a parte nutricional que a senhora analisava na Comissão de Licitação. A parte nutricional passava até pelo setor em que a senhora trabalhava, ok, mas na Comissão de Licitação a senhora estava cumprindo outro papel. A senhora não estava na Comissão de Licitação para dizer “esse suco é bom; isto aqui é ruim”. Isso é antes. Isso aí é no Cenu.

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Foi na comissão que fizemos essa avaliação.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Eu queria que a senhora falasse um pouco mais - Sr. Presidente, independentemente do tempo de pergunta dos deputados - sobre a sua participação no Conselho Estadual de Alimentação Escolar.

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Eu fui representante do Executivo no conselho.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Todos que vieram falar conosco, salvo uma única exceção, a senhora é a segunda, vieram acompanhados de advogados.

Alguns advogados, acredito que bem pagos pelo nome que possuem. A senhora não está. Eu também sou advogado e alguns colegas também são advogados. Eu disse recentemente para um colega da Casa sobre o papel ruim de ficarmos como acusadores. Como advogado, sempre trabalhei defendendo alguém.

A senhora está aqui falando, esperamos que a verdade. Há dúvidas já, mas colabore mais, fale. A senhora foi exonerada e viu pelo “Diário Oficial”, uma pessoa que representava o Executivo no Conselho Estadual de Alimentação Escolar, não era uma pessoa qualquer. Esse Conselho, salvo engano, possui sete membros, entre Executivo e sociedade civil. Pouquíssimos. Tem uma baita atribuição, de acordo com a legislação federal. A senhora tinha certo poder, certa influência, por isso, talvez, todos tenham falado “vou lá falar com a Dione”.

A senhora foi mandada embora e viu pelo Diário. Tem gente que recebeu cheque, assinou contrato, mas não foi mandado embora, foi protegido. Então, ajude. Senão, como alguns dizem aqui ou disseram em outra oportunidade, a corda acaba estourando no mais fraco, e nós não queremos isso. Estou pedindo para poder colaborar com a senhora.

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Eu estou dizendo o que sei.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Quem indicou a senhora para esse conselho?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - A professora Célia, coordenadora na época.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Coordenadora do quê?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Coordenadora da Cise, da Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares, que estava vinculada ao Departamento de Alimentação.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - A senhora conversava com a professora... Qual o nome que a senhora citou?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Célia.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Fora a professora Célia, a senhora tinha contato telefônico, através do seu celular, com algum outro integrante da Secretaria, acima da senhora?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Sim.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Dê os nomes, por gentileza.

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Normalmente, com o diretor do Departamento...

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Qual o nome dele?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Rodrigo. Depois que o Rodrigo saiu, com a Geórgia também, que era a diretora quando a Célia foi a coordenadora.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Na Comissão de Licitação a senhora conversava com eles, por celular, sobre alguma coisa?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não. Com a Comissão de Licitação, não.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - A senhora recebeu, efetuou depósitos em dinheiro ou em cheque em sua conta corrente de origem que a senhora conheça ou não conheça ao longo desses anos?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - A senhora tem algum problema de abrir a esta CPI o seu sigilo fiscal, bancário, telefônico?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Nenhum.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ela acabou não respondendo. Queria que ela falasse um pouco sobre o seu papel no Conselho Estadual de Alimentação Escolar. O que a senhora fazia, como era a rotina, com quem a senhora conversava sobre os problemas que chegavam ao conselho, quais eram os encaminhamentos? A senhora trabalhava no Cenut, é isso?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Isso.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Como nutricionista. Analisava a qualidade do produto, os laudos que chegavam, inclusive os laudos falsos. Estava na Secretaria, na Comissão de Licitação, não em qualquer comissão, de Alimentação Escolar, é isso?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Comissão de Avaliação e Credenciamento, no caso da chamada pública.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Então estava lá na Comissão de Licitação. São três pessoas?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Três membros.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - São três pessoas.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Na verdade, eram duas, não três. Ela mesma falou que eram duas pessoas. Vossa Excelência confirmou, não é, Barros?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não, duas pessoas do Departamento de Suprimentos e Licitações e eu como parte técnica.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quais eram as outras duas pessoas?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - O Yuri e o Eduardo.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A senhora estava entre as três que coordenavam o processo licitatório. A senhora representava a Secretaria no Conselho Estadual de Alimentação Escolar, que tem sete membros para acompanhar todo o estado, entre sociedade civil e governo, não sete de cada, mas sete no total. Fale um pouco sobre os procedimentos, com quem reportava, com quem falava se chegava um problema, como eram os pareceres. Fale um pouco sobre isso, por favor. Ajude-nos, fale sem medo e de peito aberto.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Posso acrescentar mais uma pergunta, deputado Alencar, que eu acho pertinente? Quem selecionava quais produtos seriam comprados para colocar na merenda? Por exemplo, “eu vou colocar o pão”. “Não, eu prefiro a margarina”. “Vamos comprar suco, vamos comprar farinha, vamos comprar fubá para fazer polenta”. Quem fazia essa seleção de produtos era o seu departamento também, era outro departamento? A senhora participava dessa seleção?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - O conselho tinha reuniões ordinárias mensais e eu fui indicada pela professora Célia para explicar a parte de nutrição mesmo, o cardápio e outras dúvidas do conselho. Eu acompanhava as reuniões, que eram realizadas mensalmente. No geral, discutíamos as questões da merenda, como funcionava, o que estava acontecendo no dia a dia, essas questões.

Em relação à composição, os produtos, o Centro de Serviço de Nutrição é responsável pela formulação do cardápio. Formulávamos os cardápios base para encaminhar os produtos para licitação. Fazíamos uma composição de acordo com o preconizado pela legislação de alimentação escolar. Então, a composição tem que atingir uma característica nutricional específica, preconizada pela legislação federal, do FNDE. Montávamos o cardápio e fazíamos a descrição para licitação dos produtos. Para compra dos produtos, só compúnhamos o cardápio daqueles produtos que já haviam sido licitados e já tinham sido aprovados.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Por que suco de laranja, e não suco de manga?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Porque, na época, tivemos conversas com o setor da agricultura, com a Secretaria da Agricultura, e o que se tinha em agricultura familiar era o suco de laranja.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Então, indicaram para contratar suco de laranja.

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não...

A SRA. MARCIA LIA - PT - Quem decidia o que comprava?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Eles tinham possibilidade de fazer suco de laranja pela agricultura familiar.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quem?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Os agricultores familiares.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quem lhe falou isso?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - A Secretaria da Agricultura.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Tem um servidor que vem da Secretaria da Agricultura, salvo engano é o Gentil, Cleiton Gentil. Ele vem da Secretaria da Agricultura e vai trabalhar na da Educação, justamente na época que tem problema. Foi ele que indicou?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quem foi da Agricultura?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Na verdade, desde que surgiu a necessidade de comprar produtos da agricultura familiar, buscamos conversar com o pessoal do Itesp, da Secretaria da Agricultura, da Conab, pessoas que pudessem nos

dizer quem seriam os agricultores familiares, o que eles produziam, para que pudéssemos incorporar no cardápio. Houve várias reuniões, muitas pessoas participaram. Tem as datas lá.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E de tudo o que produziam de suco, só laranja que a Secretaria demandou?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Inicialmente, foi laranja, depois ampliamos conforme...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Para qual?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Suco de uva e...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Depois de quanto tempo? Porque isso foi feito em 2011, suco de laranja, foi feito em 2013 e 2014 para 2015. Depois de quanto tempo ampliou o tipo de suco?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Nós fizemos outros estudos, mas algumas compras não foram efetivadas porque não apareceram propostas ou não teve...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ninguém queria vender outros produtos?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Isso.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Eu participei de vários movimentos nesse sentido, a deputada Marcia Lia sabe disso, e houve um momento, nessa época, em que a citricultura paulista e brasileira - a citricultura de São Paulo é 90% da brasileira - estava na miséria.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Qual era essa época?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - De 2010 para 2014, 2015, e houve um grande movimento nesta Casa, inclusive para se...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Para colocar suco de laranja na merenda.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Para se colocar o suco de laranja na merenda. Só para esclarecer.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Só suco de laranja?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Só. Porque era o setor que tinha oferta, e que tinha possibilidade de fornecer e que estava numa crise profunda. Houve um movimento nesta Casa, inclusive.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quanto tempo depois você falou que foi a outro tipo de suco?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - O processo começou em 2014 a 2015 para outros sucos, junto com essa última chamada do suco de laranja.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Dona Dione, a senhora me explicaria uma coisa?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Só para podermos avançar, o próximo inscrito é o deputado Delegado Olim. Vossa Excelência poderia ceder...

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Poderia ceder para mim, deputado Olim, um minutinho?

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Cedo, pode ficar tranquilo. Não vou perguntar mais nada.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - É uma questão técnica. A senhora participava da Comissão de Licitação e queria saber de preço. Por exemplo, quem analisava eram três. Como é que ficava a análise do preço do produto? Quem fazia essa análise?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - O Departamento de Suprimentos e Licitações era o responsável pela pesquisa de preço, pela formulação e avaliação dos preços.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Existia então um departamento que fazia isso e mandava para vocês três o resultado disso?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Sim. No caso da chamada pública, com base nas pesquisas de preços, era formulado o preço das chamadas. Então, já vinha esse preço.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Como é que era feita a pesquisa de preço? Só para...

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não sei dizer. O Departamento de Suprimentos e Licitações é que fazia.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Essa chamada eram garrafas de um litro de suco, é isso?

SRA. DIONE MORAES PAVAN - De um litro e embalagem de 200 ml também.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - E a senhora lembra quanto custou cada uma de um litro nessa licitação?

SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - E a senhora sabe quanto custa um litro no supermercado, ou não? Também não? A senhora é da Comissão de Licitação e não tem a menor noção de preço de nada, é isso?

SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não. Tenho alguma noção das coisas que compro para a minha casa. Só.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Mas daquilo em que a senhora trabalha, responde por isso, assina por isso, em que há economia ou prejuízo para o estado, a senhora não sabe?

SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não assino pelo preço. A pesquisa de preço tem um departamento específico para fazer isso.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Mas vocês é que dão a palavra final no processo de licitação, não são?

SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Não?

SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não. Fomos uma comissão de avaliação das propostas de chamada pública.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quem assina, afinal?

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - É, quem assina?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quem decide? Vai ser preço “x”, e vai contratar o “y”. Se não é a comissão, quem é? Por favor.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Dê o nome.

SRA. DIONE MORAES PAVAN - O preço foi formulado com base na pesquisa pelo departamento. A comissão avalia a documentação apresentada e assina isso.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Quem assina ao final? Quem dá ok, qual a comissão, qual a pessoa que assina dizendo que está ok?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O que vocês fazem, afinal, esse setor aí?

SRA. DIONE MORAES PAVAN - Quem dá ok, quem homologa a licitação é o coordenador da Cise.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Não. Acho que estou falando outra língua.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Yuri, Eduardo e a senhora, o que vocês fazem exatamente?

SRA. DIONE MORAES PAVAN - Nós conferimos a documentação de habilitação, de qualidade do produto.

A SRA. MARCIA LIA - PT - O preço?

SRA. DIONE MORAES PAVAN - O preço já estava determinado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Tá, mas vocês julgam ali, quando chega a proposta. Vocês julgam.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Quem julga a licitação é a Comissão de Licitação.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Quem responde é a comissão.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Também. É informar...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mas é ela que julga. Imagine que vai ser comprado. Vou dar um exemplo: três litros de suco de jabuticaba. O processo que foi formado na Secretaria disse que o preço médio vai ser de oito reais. Tem uma empresa concorrendo e ela apresenta dez reais. Vocês fazem esse julgamento dizendo que essa empresa, então, não pode? Como é isso? Um exemplo prático o que estou perguntando.

SRA. DIONE MORAES PAVAN - No caso da chamada pública o preço já é determinado. Tem de apresentar a proposta com aquele preço que foi determinado pela administração.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Vocês apresentaram oito e eu apresentei dez. E aí?

SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não é aceito.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quem diz que não é aceito? Qual é o setor que diz que não é aceito?

SRA. DIONE MORAES PAVAN - A comissão.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A comissão? Sra. Dione, mais uma vez, nos ajude. Eu tenho coisa diferente aqui: documento que passou pela senhora. Vou mostrar daqui a pouco. Ajude-nos mais. Tem um documento aqui também assinado pela senhora: Dione Moraes Pavan, diretor técnico II - Substituto - Cnut. Ajude-nos.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Essa é a última oportunidade de ela falar.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - É. Quem assina, tem responsabilidade.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, pela ordem, enquanto ela vai pensando se quer nos ajudar. O Sr. Marcel já chegou a esta Casa?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Já.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Onde ele se encontra?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Qual foi a pergunta?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Se o Sr. Marcel já chegou a esta Casa.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Já. A informação é que já chegou.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Sala 1.113.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Posso fazer uma pergunta importante? Desculpe, deputado Olim.

Antes disso, precisava fazer uma saudação especial, quero pedir licença aos colegas. Todos merecem a minha saudação, mas a minha querida Leci Brandão, porque ela não é uma colega. Ela é um patrimônio nosso e eu sou um fã ardoroso dela. Peço então essa licença para saudar a querida Leci Brandão. E Rillo também, de quem eu não sou fã, mas sou muito amigo.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Faço samba também.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Você também faz samba? Desculpe a brincadeira, para descontrair um pouco. Só pela oportunidade.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Apenas para fazer o registro, que não foi feito ainda, da presença da nobre deputada Beth Sahnão, embora o deputado Caruso já tenha falado também, e não foi feito o registro da sua presença. É com muita satisfação que também o recebemos.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Só pela oportunidade, para não deixar passar. A senhora recebeu o pedido de equilíbrio financeiro da Coaf, não foi?

SRA. DIONE MORAES PAVAN - Sim.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - E sumiu esse documento.

SRA. DIONE MORAES PAVAN - Sim.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Onde foi parar? Foi endereçado à senhora.

SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não foi endereçado a mim. Chegou até mim.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Chegou. Parece que a senhora foi mandada embora por causa disso, porque esse documento sumiu. É isso?

SRA. DIONE MORAES PAVAN - Sumiu. Não sei se eu fui mandada embora por cauda disso.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Mas que sumiu, sumiu?

SRA. DIONE MORAES PAVAN - Sumiu.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Mas estava sob sua guarda, estava com a senhora quando sumiu, é isso? Estava?

SRA. DIONE MORAES PAVAN - Ele esteve comigo.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sei.

SRA. DIONE MORAES PAVAN - E sumiu. A sala é aberta.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Esses documentos não tramitam mediante carga? De um setor para outro não vai por carga?

SRA. DIONE MORAES PAVAN - Alguns sim, normalmente eles vão para o processo.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - E esse foi?

SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Não tinha carga, é isso?

SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não tinha carga.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Um documento importante desse não tinha carga?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Posso? Sra. Dione, quem respondia, quem assinava os pareceres dessa comissão dentre os três?

SRA. DIONE MORAES PAVAN - Os três.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Os três? Quem pedia para a senhora elaborar os pareceres que a senhora assinava?

SRA. DIONE MORAES PAVAN - Normalmente, o diretor do departamento, ou a coordenadora.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Em 2013, 31 de julho de 2013, quem era o diretor?

SRA. DIONE MORAES PAVAN - Em 2013, Rodrigo.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Rodrigo?

SRA. DIONE MORAES PAVAN - Rodrigo Pimenta.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ele era o diretor que determinava que a senhora assinasse os pareceres?

SRA. DIONE MORAES PAVAN - Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A senhora já leu algum parecer da Consultoria Jurídica do Estado?

SRA. DIONE MORAES PAVAN - Já.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Consultoria Jurídica do quê?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Do Estado.

O SR. GILMACI SANTOS - PRB - Deputado Alencar, só um aparte?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É lógico.

O SR. GILMACI SANTOS - PRB - Sra. Dione, esses documentos que sumiram chegaram as suas mãos através de quem?

SRA. DIONE MORAES PAVAN - Esse documento entrou pelo Núcleo Específico da Coordenadoria que recebia toda a documentação, e foi encaminhado para o Cenut. Na verdade, ele deveria ter sido encaminhado para o Desup, que é o Departamento de Suprimentos e Licitações, e foi encaminhado para o Cenut.

O SR. GILMACI SANTOS - PRB - A senhora encaminhou esse documento para o Cenut?

SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não. Eu o recebi no Cenut.

O SR. GILMACI SANTOS - PRB - Ah, sim. Foi encaminhado através...

SRA. DIONE MORAES PAVAN - Quem o recebeu na Cise encaminhou para lá. Se eu não me engano, quem recebeu na Cise foi Andreia, passou para a nutricionista Isabella...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Andreia? Dê os nomes para a gente saber.

SRA. DIONE MORAES PAVAN - Andreia Oliveira, se eu não me engano.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Isabella?

SRA. DIONE MORAES PAVAN - Isabella de Cassia, do Cenut, também nutricionista, que passou para mim.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - A senhora assinou o recebimento?

SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não, ela deixou na minha mesa.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não tem protocolo?

SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não assinei protocolo. Isabella recebeu, assinou recebimento no livrinho e deixou na minha mesa.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Desde quando a senhora trabalha lá mesmo? Desde 2009?

SRA. DIONE MORAES PAVAN - 2006.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não. Em 2006, como estagiária. Nem vou considerar, vou dar três anos de canja.

SRA. DIONE MORAES PAVAN - 2009.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Algum outro documento dessa importância já sumiu, algum processo?

SRA. DIONE MORAES PAVAN - Que eu saiba, não.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Alguém cobrou a falta desse documento, alguém de fora ou de dentro? Quem ligou lá perguntando desse documento?

SRA. DIONE MORAES PAVAN - Só soube...

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Só soube?

SRA. DIONE MORAES PAVAN - Só foi cobrado depois que começou a investigação do processo.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - A senhora foi cobrada desse documento por quem?

SRA. DIONE MORAES PAVAN - Pela coordenadora.

O SR. GILMACI SANTOS - PRB - A senhora está respondendo a algum processo administrativo por causa do sumiço desses documentos?

SRA. DIONE MORAES PAVAN - Tem um processo administrativo, mas não sei...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Já era. Funcionária exonerada, não vale mais.

SRA. DIONE MORAES PAVAN - É.

O SR. GILMACI SANTOS - PRB - Onde a senhora trabalha hoje?

SRA. DIONE MORAES PAVAN - Hoje, eu tenho um cargo de concurso de analista administrativo na Diretoria Sul1. Como fui exonerada do cargo em comissão, agora só no cargo do...

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - A senhora continua na...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Então, pode o processo administrativo continuar.

SRA. DIONE MORAES PAVAN - Continua.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - A senhora é chefe ou alguma coisa lá?

SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não. Sou analista administrativa.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sra. Dione, quem respondia aos pareceres, às recomendações da consultoria jurídica no setor em que a senhora trabalhava?

SRA. DIONE MORAES PAVAN - Esse parecer, em específico de 2013, na época, a coordenadora era Ana Leonor, e nós tínhamos participado de algumas reuniões com o pessoal do Itesp, que estava formulando um...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Senhores, por favor, apenas para manter o silêncio para que os trabalhos possam andar com eficiência.

SRA. DIONE MORAES PAVAN - No Itesp, estávamos discutindo a formulação do edital em relação à chamada pública, porque tem também um programa estadual de Agricultura Familiar. Na época, a coordenadora Ana Leonor me pediu para escrever as questões que estavam sendo discutidas nessa comissão do Itesp, e que poderiam ajudar nesse processo nos questionamentos da consultoria jurídica. Foi nesse sentido que eu respondi esse parecer.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A senhora foi a primeira...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Deputado, só para dizer que o tempo esgotou, e a próxima inscrita é a deputada Marcia Lia.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Eu passo o meu tempo para o deputado Alencar.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Pode continuar. É só porque não vamos caminhar aqui hoje.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Eu passo o meu tempo para o deputado Alencar.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Eu sei disso.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Sr. Presidente, só uma questão de ordem. Estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - O senhor é o próximo inscrito.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Estou inscrito, mas vejo todo mundo perguntando, passando a palavra para outro e tenho ficado na minha.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - É que eu tenho contado o tempo. O tempo, na verdade, era do deputado Delegado Olim. E dentro, como ele abriu a palavra para todos, nós contamos no tempo dele e todos que quiseram falaram, com a permissão do deputado Delegado Olim.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Quero cumprimentar o deputado Olim, que faz isso. Eu também acho que é muito mais dinâmico e esse bate-papo ajuda a gente.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Eu também acho, deputado. É que na verdade o tempo é do deputado e cada um tem a prerrogativa de cedê-lo, ou não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sra. Dione, a senhora, sob esse parecer, respondeu quais questões? O que eram?

SRA. DIONE MORAES PAVAN - Eu não me lembro de todas as questões.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Eram só questões nutricionais, ou outras também?

SRA. DIONE MORAES PAVAN - Tinha outras questões por conta dessa participação na discussão do Itesp.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A senhora, então, não tratava só sobre questões nutricionais, tinha conhecimentos também sobre outras questões, até porque estava na Comissão de Licitação.

SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não, nessa comissão fui indicada para tratar da parte nutricional do produto. Só isso.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Por que a senhora respondeu sobre outras questões?

SRA. DIONE MORAES PAVAN - Porque a coordenadora, na época, Ana Leonor, discutiu algumas questões comigo e pediu para eu escrever e encaminhar a ela. Eu encaminhei e ela ficou de encaminhar ao Departamento de Suprimentos, mas foi direto para o processo.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Qual é o critério de escolha da embalagem do produto?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Normalmente, tempo de vida útil do produto, por conta da nossa distribuição - ter que receber no armazém e distribuir depois -, e a conservação, a característica do produto.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quem decide se seria uma chamada pública ou não?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - O Departamento de Suprimentos e Licitações...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quem decide? Quem? Quem? Quem?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Eu acredito que ou o Departamento de Suprimentos e Licitações ou o a coordenadora.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Porque, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, é importante ler isso aqui. Sr. Presidente, se me permite.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Ela só fala em sigla, em departamento, ela não fala nome das pessoas.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É, ajude. O parecer é um parecer do Governo do Estado, da Secretaria Estadual de Educação, consultoria jurídica. Vou ler a conclusão: “Pelo que se observa naquela peça opinativa, não estariam presentes”, isso na peça do setor lá, “não estariam presentes os requisitos a viabilizar o pretendido credenciamento, cumprindo destacar o dispositivo no item daquela manifestação. Diante disso, encaminhe-se o presente à Cise com a recomendação de que a aquisição em questão se dê por meio de pregão eletrônico.”

Dentre as razões que justificam ser por pregão, e não chamada, está o tipo de embalagem, porque fala que vai restringir a participação dos concorrentes. Porque o agricultor familiar, é mais fácil ele ter um tipo de outra embalagem, como, por exemplo, saquinho. Está lá, está aqui para trás, se quiser eu leio. E a senhora é a primeira a responder, não é a segunda. E no processo, não está ninguém te pedindo. A senhora responde diretamente após a consultoria, respondendo à consultoria jurídica.

Há várias questões aqui, vários itens. A senhora vai por item. Vou ler dois: “Considerando que a Secretaria de Educação apenas poderá contratar grupos formais, cooperativas ou associações, entendemos que o tipo de embalagem solicitado não limita

a participação e é pertinente ao tipo de aquisição, já que nos foi demonstrada a capacidade de cooperativas para a produção desse item nas condições exigidas no descritivo”.

Ou seja, a senhora opina dizendo que tem que ser nesse tipo de embalagem, entrando, inclusive, numa questão jurídica aqui, em debate com a consultoria. Depois, a senhora fala da quantidade: “A quantidade de amostras solicitadas para teste é necessária para mensurar a aceitabilidade do produto junto aos alunos, justificando a compra. Entendemos que a quantidade é justificável pelo montante total a ser adquirido.”

A consultoria aponta, dentre outras, duas questões que poderiam estar indicando favorecimento. E é a senhora quem contrapõe, não é a sua chefe. Não foi o Pimenta, não foi a Isabela, não foi a outra pessoa que a senhora falou, não foram essas pessoas. Ou te usaram, ou a senhora sabia o que estava fazendo.

A senhora foi usada ou a senhora sabia?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Eu conversei com a Ana Leonor e ela pediu para eu escrever o parecer em relação a essas questões. Foi isso que eu fiz.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Permite-me um minutinho?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - E porque nós recebemos amostras de produtos dessa embalagem...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Senhores, o jurídico fala: “Tem que ser pregão devido ao descritivo”. A Secretaria foi lá e fez a chamada. O único parecer que contesta é esse, não tem outro contestando. O parecer que sustentou manter a chamada pública foi esse, o da senhora. Então, olhe o peso e a importância que a senhora tinha, e de sua assinatura.

A SRA. MARCIA LIA - PT - A senhora me permite, primeiro, cumprimentando-a. A senhora poderia informar por que esse processo de 2013 não foi avante?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não sei.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Ele ficou até 2016 na gaveta de alguém. A senhora sabia disso?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não. Eu sabia que não foi contratado por esse processo porque foram levantadas... Quando a Dione entrou como coordenadora, ela levantou algumas questões junto com o Departamento de Suprimentos e Licitações e pediram para encerrar esse processo e abrir outra chamada. É só isso que eu sei.

A SRA. MARCIA LIA - PT - O processo a que a senhora tinha dado parecer favorável?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - É esse processo que tem esse parecer.

A SRA. MARCIA LIA - PT - A Dione, a outra Dione.

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - A Dione Di Pietro.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Qual era a sua relação com o Padula? A senhora conversava muito com ele, ou ele conversava diretamente com o Cleiton Gentili.

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Eu não sei se ele conversava diretamente com o Cleiton Gentili. Conosco, do centro de nutrição, não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Com quem ele conversava direto sobre esse tipo de caso, por exemplo?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não sei. Acredito que com a coordenadora.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A senhora fez esse parecer a pedido da Ana Leonor?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ela pediu que a senhora fizesse o parecer. O que está escrito no parecer é opinião sua ou opinião dela?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Das duas. Nós conversamos antes.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E o que ela disse?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Estávamos discutindo a formulação de edital no Itesp, por conta do Programa Paulista da Agricultura Familiar. Discutimos as mesmas questões que estavam sendo discutidas lá, porque os processos de agricultura familiar tinham um encaminhamento diferente do que os processos de licitação.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mas o jurídico está dizendo o inverso nesse caso.

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Mas...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Por que vocês contrariaram o jurídico?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Essa decisão, na verdade, é do Departamento de Suprimentos e Licitações.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Sra. Dione, a senhora sabe?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Fale nome. De quem?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Na época, eu acho que era Marilena que era diretora, mas esse processo foi encerrado quando a Dione entrou.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não, não. Tudo bem, mas aqui estava valendo ainda, você se manifestou.

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ele existia. O cancelamento foi depois.

A SRA. MARCIA LIA - PT - A senhora me permite? Várias pessoas que passaram por esta comissão, e, me parece, inclusive, nas delações, referenciam a senhora como sendo o contato da Coaf dentro da Secretaria do Departamento de Abastecimento Escolar.

Qual era o contato de fato da senhora com o pessoal da Coaf? Porque há vários relatos de que a Dione - a que ficou grávida, a que teve neném, a que trabalha na Treze de Maio - era o contato do pessoal da Coaf.

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - O único contato que eu tive com eles foi esse de avaliação de documento e amostras.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Tem, inclusive, uma referência de uma pessoa que teria ido especificamente falar com a senhora na Secretaria, porque a senhora era facilitadora da Coaf dentro da Secretaria de Educação. Esse é o termo. O que a senhora tem a dizer sobre isso? A senhora sabe que a CPI pode determinar a prisão da senhora, a senhora sabe disso?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Sei.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Por falso testemunho.

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Sei.

A SRA. MARCIA LIA - PT - A senhora sabe disso?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Sei.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Pela ordem, deputado Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Nós sabemos quem é - no processo tem - que a competência para definir quem deu a decisão final, embora o jurídico tivesse recomendado que fosse pregão, quem deu a decisão final, a meu ver, foi a comissão de licitação, e ela fez parte disso. É isso, ou não?

Quem decidiu, contrariando o jurídico e acatando a sua opinião, e a da Ana, foi a Comissão de Licitação. Quem assina a chamada?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Mas são dois processos.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Quem assina a chamada?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Quem assina a publicação da chamada é o coordenador.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - É o coordenador?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - É o coordenador. E quem assina a contratação também é o coordenador.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Coordenador que é quem?

A SRA. MARCIA LIA - PT - Por que tem duas publicações em 2013, uma no dia 7 de agosto e outra no dia 30 de agosto, da mesma chamada pública. A senhora pode nos explicar isso?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Eu não sei.

A SRA. MARCIA LIA - PT - A senhora não sabe de nada. A senhora era uma das três pessoas que autorizavam a compra de milhões de reais...

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não. Quem assinava contrato era a coordenadora. Eu não assinava.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Mas a senhora era quem julgava. Eu já trabalhei em prefeitura, moça, eu sou advogada. Quem julga e manda para chefe assinar é a comissão. A comissão fala assim para ela: “Está certo ou está errado, pode assinar ou não pode, porque nós já fizemos análise técnica, análise jurídica, análise da questão nutricional dos produtos.” É a comissão, vocês três: o Yuri, o Eduardo e a senhora.

A senhora mandou um processo para a Sra. Dione Di Pietro. Ela não quis fazer essa chamada por alguma razão. Aí, some documento, ninguém sabe de nada, ninguém assinou, é o “sisut”, o Cenut, o “ut”, o “ut”, o “ut”, e ninguém sabe quem foi que efetivamente assinou e assumiu esse problema da Coaf.

A senhora sabia que o Tribunal de Contas do Estado disse que o produto foi superfaturado, com sobrepreço no produto? Que o produto que é vendido no mercado a R\$ 2,50, essa comissão de que a senhora faz parte pagou R\$ 6,10. A senhora sabia disso?

A senhora sabia que a senhora pode ser responsabilizada criminalmente por isso?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Como eu falei anteriormente, tem um departamento responsável pela avaliação do preço, pela composição do preço.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Vou fazer, se me permite, só uma pergunta para ela.

A senhora faz parte de uma comissão que decide sobre alguma coisa. Tudo para a senhora é departamento daqui, departamento de lá, departamento, a senhora não tem responsabilidade sobre nada. Eu acho que a senhora deve saber apenas e tão somente que está viva.

Aí, a senhora faz uma consulta e o camarada fala que tem um avião, um Boeing 740 da British Airlines - não sei, vamos inventar um nome -, com cinco anos de uso, que está à venda por 30 mil reais, e a senhora referenda?

Porque o papel da comissão é julgar. A coordenadora homologa. Mas quem julga é a comissão. Aqui a senhora não está falando com jejunos, a senhora está falando com quem conhece isso. Eu fui três vezes prefeito da minha cidade.

Quer dizer, não tem sentido. A senhora está falando absurdos, abobrinhas. Sr. Presidente, sinceramente, eu estou me sentindo avacalhado, humilhado, pisoteado. Porque não é possível, essa mulher está mentindo descaradamente. Descaradamente. Peço ao senhor uma providência. Eu não sei qual é, porque falam que eu peço a prisão para ser ator, para aparecer. Eu não quero aparecer em lugar nenhum. Já ganhei todas as eleições deste ano mesmo, por que eu vou querer aparecer?

Mas, sinceramente, Sr. Presidente, socorra-nos. Agora vou pedir ao senhor: mande um ofício para alguém aí, leve essa mulher...

A SRA. MARCIA LIA - PT - Eu tenho mais uma dúvida, Barros Munhoz. Eu gostaria de perguntar à nobre depoente. Ela era quem analisava os documentos para dizer se homologava ou não. A senhora sabia que era obrigatória uma declaração de filiação à Ocesp e que nesse processo vocês abriram mão disso? A senhora sabia disso? Por que vocês abriram mão da filiação da Coaf à Ocesp se era obrigatório?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - A comissão conferiu todos os documentos solicitados no edital...

A SRA. MARCIA LIA - PT - Esses documentos não foram solicitados e não estavam no rol de documentos.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Estavam, mas eram falsos, deputada.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Em 2014.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - O próximo tempo é de V. Exa., deputado Zico Prado.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Primeiro, quero cumprimentar todos os deputados, os que estão aqui junto conosco e a Dione.

Dione, por que a senhora veio aqui... Todos que vieram aqui tinham a seu lado um advogado. Por que a senhora veio sem advogado? A senhora não quis? A senhora não

tem dinheiro? Qual é o motivo? Porque todo mundo vem muito bem amparado... A senhora veio...

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não, não procurei nenhum advogado até o momento. Por isso, vim sem...

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - A senhora não precisa? Precisa ou não precisa?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Porque, Sra. Dione, eu fui mandado embora “trocenas” vezes da fábrica. Eu sou metalúrgico. Eu sempre soube por que eu fui mandado embora. Quem não sabia era o meu chefe. Era o departamento pessoal. Eu sabia, perfeitamente - não por ser um mau profissional, mas porque eu tinha exigido um melhor banheiro, um melhor refeitório, mais limpo.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Era um lutador.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - A senhora não sabe por que foi demitida. Fica claro, aqui, para nós, que sumiu um documento. Não é por isso que a senhora foi mandada embora?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não sei. (Manifestação dos presentes.)

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Como a senhora não... A senhora sumiu com um documento, Sra. Dione.

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não, eu não sumi com documento.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Quem foi?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - O documento sumiu da minha mesa.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - O documento tinha perna? Porque o documento sumiu e não foi ela...

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não sei. A sala é aberta. O documento estava em cima da minha mesa. São 20 pessoas que trabalham na sala e o documento sumiu. (Manifestação dos presentes.)

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Pois é, Sra. Dione. Nós, aqui...

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Daí não vai sair suco de laranja. Esquece...

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Eu não quero que saia suco. Eu queria entender. Porque ela é a concursada, agora, da Secretaria da Educação... Ela vai continuar lá dentro da Secretaria da Educação. Há um processo administrativo, mas, hoje, ela é... Continua sendo funcionária da Secretaria da Educação. Como é que ela vai encarar os amigos e os companheiros, lá dentro da Secretaria? Sumiu documento da mesa dela. Ela não sabe, praticamente, quase nada, porque não falou nada, aqui, para nós.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Vossa Excelência me dá um aparte?

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Pois, não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A senhora trabalhou na chamada pública de 2011, do suco de laranja?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não, nós só... Eu trabalhei na formulação do... Na descrição do produto...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Na comissão?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Enquanto Cenu, trabalhei...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E na comissão?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Na comissão, não me lembro.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A senhora sabe dizer quem calculou o preço de referência?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - É o Departamento de Suprimentos e Licitações que calcula o preço de referência.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Está bem. E quem julgou? Quem finalizou? Qual preço foi o vencedor?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não sei quem foi.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Olha, posso fazer uma colocação? (Vozes sobrepostas.)

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Façam perguntas que ela saiba, por favor.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - E o que é que ela sabe, deputado Delegado Olim? Eu quero saber.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Em 2013, a senhora trabalhou no processo de licitação. Correto? A senhora tem certeza de 2013?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Em 2013, sim.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - O que é que a mulher sabe?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sim, a senhora até responde, aqui, o documento.

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A chamada pública era algo recente. Vocês consultaram outros processos de chamada pública da Secretaria Estadual da Educação, para ter como referência, para basilar o trabalho?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - De outras secretarias, sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não, de vocês, mesmo, anteriores...

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Para merenda, não havia chamadas públicas anteriores.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Havia, de 2011. A própria Coaf ganhou em 2011. Em 2011, houve.

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Sim. Então, nós formulamos esse edital com base nisso.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Em 2013, vocês tiveram a curiosidade de ver o edital de 2011?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A Coaf se apresentou como... Porque ela entregaria os sucos da fábrica GallCitrus e Naturacitrus, de Bebedouro... A senhora sabe disso?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Hum...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ok. Está tudo bem. Daqui a pouco, vem outra pergunta. Pode ir, deputado José Zico Prado.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Sr. Presidente, eu só queria saber... Sra. Dione, a senhora já visitou algum assentamento, algum produtor rural?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - A senhora sabia que eles não produzem suco em caixinha? Agricultura familiar não produz suco de laranja em caixinha. A senhora sabia disso?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sr. Presidente, eu solicito - tendo em vista, inclusive, que ela não está com advogado e uma eventual prisão possa ser questionada - que, ao término desta reunião, V. Exa. imediatamente solicite à autoridade competente, que, a meu ver, é a autoridade policial, o policial civil, que promova a abertura de inquérito criminal contra a depoente. Imediatamente, após a reunião... Eu acho que é o mínimo que nós podemos fazer. (Manifestação dos presentes.)

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Esta Presidência também entende que deve acontecer isso. Eu consulto os Srs. Deputados membros da comissão se...

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Eu só queria... (Vozes sobrepostas.)

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Deputado Barros Munhoz, eu queria que continuássemos indagando a depoente, para entender - até para ter uma coisa concreta para provar isso ou não. Não queria, aqui, tomar tal medida sem um fundamento mais preciso.

Em 2013, a senhora estava no processo. Ajude.

Sras. e Srs. Deputados, o preço de referência do edital é R\$ 1,52. Não sou eu que estou dizendo. Está no edital. A proposta de venda da Coaf é R\$ 1,50. A senhora, mesmo, respondeu, há pouco. O preço na chamada pública é predeterminado, por um processo de consulta prévia. Correto?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Correto.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Por que a proposta vencedora da Coaf foi de R\$ 1,56, a que foi homologada?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não sei.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Olhem só, senhoras e senhores, a chamada pública - e todo mundo que falou sobre ela, aqui, disse isso... O preço é predeterminado. Faz-se um processo, antes, para poder determinar o preço médio. São três as empresas consultadas. Já disse, mais de uma vez, que, no caso da Coaf, nesse processo, foram duas: Coaf e Coagrosol. O preço determinado em 2013 pelo edital é R\$ 1,52 e a Coaf, em um processo de formulação do seu preço, dá R\$ 1,50. Como a Coaf venceu por R\$ 1,56? Como? Se esse preço não estava sequer pré-estipulado... Ninguém tinha dado, antes. Como, Sra. Dione?

É nesse mesmo processo que é contrariada a orientação da consultoria jurídica para fazer pregão. É nesse mesmo processo que é contrariado o parecer da consultoria jurídica que diz que não pode ser embalagem Tetra Pak, que ia limitar a concorrência. É nesse... Dentre outras questões, nesse mesmo processo, a senhora é quem responde à consultoria jurídica. Por que o preço ficou... O vencedor foi R\$ 1,56, homologado?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não sei.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A senhora estava na comissão.

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Nessa comissão, não.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - O último inscrito...
(Vozes sobrepostas.)

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Eu estou pedindo um apartezinho.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Eu só queria dizer, Sra. Dione, que eu acho que a senhora, aqui para nós, está protegendo alguém, para continuar na Secretaria, para não perder o emprego, para não sofrer nenhuma penalidade lá dentro. A senhora está totalmente enganada. A senhora está escondendo nomes que, para nós, seriam muito

importantes e eles não vão se solidarizar com a senhora. Já foi mandada embora uma. A senhora vai sofrer penalidades lá dentro e o que nós queremos é que a senhora nos ajude, no mínimo, a melhorar a merenda escolar. A senhora é nutricionista. (Manifestação dos presentes.) A senhora daria a comida que a senhora comprava na Secretaria para o seu filho que acaba de nascer?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Sim.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Então, a senhora não gosta do seu filho, porque as comidas que eu vi nas escolas eu não dou para o meu.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado João Paulo Rillo.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Eu tinha pedido um aparte para o deputado José Zico Prado.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - É que já acabou o tempo há dois minutos, deputada. (Vozes sobrepostas.)

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Eu só queria terminar, dizendo: Sra. Dione, a senhora está totalmente enganada. A senhora não vai ser protegida. A senhora está protegendo gente que não merece ser protegida.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Deputado João Paulo Rillo.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Eu dou uma parte do início da minha fala para a deputada Beth Sahão.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Obrigada, deputado João Paulo Rillo. Eu só queria dizer o seguinte para esta comissão... Temos participado de praticamente todas as reuniões, aqui, e o que observamos é o seguinte: ela é peixe pequeno e o tratamento dado a ela, aqui, é um tratamento de muita desconfiança.

Eu acho que a senhora está mentindo, mesmo. Acho que está escondendo coisas. Acho que vocês são muitos desorganizados, lá, ou vocês têm má-fé. Não há outra possibilidade, porque, em uma comissão em que se precisa de três, vocês participam com dois. Somem documentos importantíssimos. Como é que, em uma Secretaria de Estado, podem sumir documentos? Isso é o quê? É irresponsabilidade? É desorganização? É alguém que mandou esse documento sumir? Como é que funciona isso?

Agora, o que eu quero dizer é o seguinte: o Fernando Padula veio aqui, na semana passada, e quase foi endeusado por parcela desta comissão. Mentiu descaradamente e ainda foi elogiado. O Moita, aqui, também foi elogiado.

Então, é isso o que eu gostaria de dizer. Nós precisamos ter, aqui, tratamentos que sejam iguais, porque não é possível. Essa moça é uma funcionária que, com certeza, também errou. Com certeza, também teve problemas e nós vamos descobrir isso. Estamos descobrindo e levantando isso, mas nós precisamos dar o mesmo tratamento para os outros que aqui estiveram, também.

Então, é isso o que a senhora tem que entender. Quando o deputado José Zico Prado vira para a senhora e fala que a senhora não deveria proteger alguém, eu quero endossar essas palavras de Sua Excelência. Se a senhora estiver protegendo alguém, está errada, porque essa mesma abertura de inquérito policial que o deputado Barros Munhoz está sugerindo, está propondo que seja votada por esta comissão para a senhora ser a ele submetida, devia ser proposta para outras pessoas que aqui estiveram, também - e que são superiores a essa Secretaria. Ou, então, essa Secretaria é uma bagunça, que vai do secretário até o faxineiro. Não é possível.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Igualdade consiste em tratar situações desiguais de forma desigual. O Padula não tem nenhuma vinculação com esses setores mencionados e o Moita, a meu ver, foi extremamente claro, do papel dele. Quer dizer, isso é uma máfia que se formou entre funcionários...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Só com funcionários rasos?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Rasos, não. Não sei. Eu sei que, assim como não se pode atribuir a um prefeito a responsabilidade por atos de funcionários

menores, senão... Nós temos dois mil servidores na Corregedoria. Então, vamos fazer CPI para todos eles.

A minha posição foi muito clara. A meu ver, eles não mentiram. Há outros que mentiram e eu até pedi a prisão deles, também - como essa moça está escandalosamente mentindo. Ora, se for para não fazer nada, tudo bem. Vamos corroborar...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Não se trata de não fazer nada. Não é isso que eu estou propondo. Trata-se de nós fazermos, aqui... (Vozes sobrepostas.)

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Mas, sobre os outros, V. Exa. vai respeitar a minha posição, deputada Beth Sahão. É a minha posição, deputada Beth Sahão. Eu entendi que eles foram bem.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Não é isso, deputado Barros Munhoz. Quando há funcionários e servidores que se aproximam muito dos poderosos da secretaria, de secretário, de chefe de gabinete, da Casa Civil, o tratamento aqui é ameno. Eu tenho batido nisso em todas as reuniões que temos feito nesta comissão.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Vamos tratar os inocentes iguais aos culpados. Está bem. É isso que a senhora deseja.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Sra. Dione, irei repetir algumas perguntas que, neste caso, é a chave. (Manifestação dos presentes.)

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Senhoras e senhores, por favor, fiquem em silêncio. (Manifestação dos presentes.)

Os senhores desejam ser retirados do recinto? Então, por favor, fiquem em silêncio. (Manifestação dos presentes.)

A SRA. MARCIA LIA - PT - Ele está relatando que o policial está ameaçando.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Não tem ameaça nenhuma, deputada. (Manifestação dos presentes.) Com a palavra, o nobre deputado João Paulo Rillo.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Eu penso completamente diferente do deputado Barros Munhoz. Acontece que há uma proteção aos agentes políticos. Há uma tentativa inútil de nos convencer e convencer a imprensa e a opinião pública de que é um esquema entre o dono da cooperativa, um lobista e a comissão de licitação, sem nenhum agente político.

É tudo fantasia a participação do Capez, de outros deputados, do Padula e do Moita. É tudo uma grande invenção. O documento que sumiu é o “x” da questão. Ele prova que a orientação que eles deram por telefone se concretizou.

A senhora ficou na Educação por quanto tempo?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Dez anos.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Nesse setor?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Nesse setor, desde 2012. São quatro anos.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Desde 2012? É muito tempo no mesmo setor. Quantos documentos e contratos dessa natureza sumiram na época em que a senhora esteve lá?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não sei. (Manifestação dos presentes.) Na verdade, como eu disse, esse documento deveria ter ido para o Departamento de Suprimentos e Licitações. Ele foi entregue lá no Cenut.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - A senhora não sabe de nenhum documento?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - A senhora foi demitida. Já fizeram essa pergunta. Qual é a razão? A senhora também não sabe?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não sei.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Ninguém conversou com a senhora?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - A senhora não achou estranho?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Nem comigo e nem com nenhuma das outras pessoas que foram demitidas.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Da comissão foi demitido alguém?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Da comissão não foi.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Sra. Dione, esse é o governo que a senhora serviu por dez anos, que a demite sem uma única explicação. É uma pergunta íntima, mas cabe perguntar. O que a senhora imagina? A senhora deve ter alguma coisa na cabeça. Por que a senhora acha que foi demitida, exonerada?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Eu acredito que foi por conta desse documento que sumiu, mas ninguém me falou nada.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Então eu gostaria que a senhora nos ajudasse com o seguinte: quem mais pode responder por esse documento? Porque a chave está aí. O documento sumiu, porque ele prova o envolvimento do Padula e do Moita em um esquema de direcionamento de licitação, de aumento de valor.

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Quando eu li o documento, verifiquei que não se tratava de uma questão do Cenut. Quem nos ajudava nas questões de agricultura familiar era o Cleiton Gentili. Eu pedi para ele verificar qual poderia ser o encaminhamento desse documento ou se ele deveria ir para o Departamento de Suprimentos e Licitações. Lembro-me de ter conversado isso com ele. Depois disso, não falamos mais sobre o documento nem sobre o seu encaminhamento.

Neste ano, depois dessa questão da merenda, é que nos perguntaram do documento, daí eu me lembro de ter lido o conteúdo do documento e de ter conversado com ele. Não sei onde está o documento.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Quem mais poderia falar sobre o sumiço do documento?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - As duas pessoas no Cenut que viram esse documento foram a Isabella, que recebeu e passou para mim, e o Cleiton, com quem eu conversei sobre esse documento.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Qual é o nome dela?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Isabella de Cássia.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Isabella de Cássia?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Isso. E o Cleiton Gentili, com quem eu conversei sobre o documento.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Para finalizar, Sr. Presidente, está claro que estamos vivendo uma situação atípica e de exceção no País. Há uma metodologia na “República de Curitiba”. Se ela fosse aplicada no estado de São Paulo e se o governo de plantão fosse do PT, do PCdoB ou do PSOL, Sra. Dione, não só a senhora, mas tantos outros - não que eu defenda essa metodologia - estariam completamente presos.

Enquanto a senhora não falasse por que sumiu o documento, a senhora ficaria presa. Enquanto não falasse da participação daqueles que, de fato, ajudaram - Moita, Padula, deputado -, a senhora iria ficar presa. É que há dois pesos e duas medidas. Com certeza, a senhora não está falando um monte de coisa, porque já combinou com o governo. A senhora está ajudando a proteger um esquema de corrupção, com a sensação de impunidade, de que nada irá lhe acontecer.

Só para registrar, estamos vivendo um momento muito difícil no País que pode se prolongar por muito tempo, isto é, um Estado de exceção. Se a metodologia de Curitiba

fosse aplicada aqui, iria faltar cadeia para tanta gente que seria presa para falar só desse esquema, fora todos os outros.

Obrigado, Sr. Presidente. (Manifestação dos presentes.)

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Ouvidos todos os Srs. Deputados inscritos, eu queria colocar em votação o encaminhamento.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Eu me inscrevi. Pelo amor de Deus, eu havia me inscrito. Ainda falei para o senhor.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - O senhor falou: “Eu vou me inscrever”.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, ainda disse que usaria o meu tempo. Quando V. Exa. indagou a questão do deputado José Zico Prado...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Está bem. Não vamos criar caso por causa disso, mas fique atento, por favor, para fazer a inscrição, solicitar a inscrição...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Então já faço uma questão de ordem para a melhor organização dos trabalhos. Que a secretária, sempre que faltarem cinco minutos, avise o presidente para que, se houver algum deputado...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Este presidente avisará sempre que faltarem cinco minutos para o encerramento das inscrições.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sra. Dione, quais foram as maiores dificuldades que encontrou no processo de elaboração das chamadas públicas?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - A principal dificuldade, desde o início, foi porque é uma coisa totalmente nova para a merenda, então não havia muitos exemplos de editais e espelhos para nós. Portanto, fomos atrás de outras prefeituras que estavam

dando certo e de outros Estados para nos espelharmos nisso. Acho que essa foi a principal dificuldade.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Houve alguma pressão para a compra de algum produto específico?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Havia uma pressão grande para a compra de agricultura familiar.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Esta Presidência suspende os trabalhos por cinco minutos.

Está suspensa a reunião.

* * *

- Suspensa, a reunião é reaberta sob a Presidência do Sr. Marcos Zerbini.

* * *

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Havia pressão de quem?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Havia uma pressão dos diretores e do coordenador para compra de agricultura familiar por conta do...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Qual o nome dos diretores? Quando a senhora se referir, é importante dar o nome para ficar registrado.

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Na época dessas chamadas, foi a Ana Leonor, que era a coordenadora. Depois, teve a Dione. Desde a época do diretor Gerola e do Rodrigo, todos tinham uma preocupação em comprar da agricultura familiar por conta da requisição do governo federal.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quais produtos foram comprados nesse período?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Arroz e suco de laranja.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Só?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Só.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mas e a pressão? Não era para comprar mais?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Era para desenvolvermos mais. Buscamos informações e fizemos estudos para comprar hortifrúti, mas não conseguimos efetivar as compras.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Qual foi a maior compra: suco de laranja ou arroz?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não sei.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Em valor bruto?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não sei.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Por que a senhora, como nutricionista, foi trabalhar no grupo de licitação?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Porque eles pediram a indicação de uma nutricionista para a avaliação da documentação do produto.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Então a senhora tinha que analisar essa questão do laudo bromatológico?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Isso lhe competia diretamente?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Sim. Na comissão, sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A senhora trabalhou na chamada pública de 2013?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Eu não me lembro de todas as datas, porque foram muitos processos. Não me recordo de todos. Eu participei...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Muitos? Foram só arroz e laranja.

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - De chamada pública, mas participávamos de outros processos. Eu não me lembro das datas.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Qual foi o processo mais complexo em que a senhora trabalhou nesse período ou que a secretaria desenvolveu de compra de produto da merenda?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Todos os processos eram complexos.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Qual mais que chamou atenção, além do suco de laranja? Esquece o suco, o outro.

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - As chamadas públicas, em geral, chamavam atenção e eram bastante complexas, porque era uma coisa nova.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E além da chamada pública? Dê um exemplo.

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não, a chamada pública era a principal.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quem calculou o preço de referência do suco de laranja em 2013?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não me recordo.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Toda chamada pública deveria usar três preços. A de 2013 usou três orçamentos. A senhora sabe dizer se a Coaf, a GallCitrus e a Naturacitrus participaram desse processo na formação do preço do edital?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não sei.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Por que o preço da Vitaly, de Monte Azul, foi direcionado para o Sr. Carlos e não para a Secretaria da Educação em 2013?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não sei.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A senhora sabe dizer se o Sr. Carlos poderia ser o funcionário da Cati de Monte Azul Paulista e diretor da Coaf?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não sei.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Porque há um funcionário da Secretaria Estadual de Agricultura - lá da Cati - que é diretor da Coaf. Esse preço do orçamento de 2013 é direcionado a ele e não à Secretaria da Educação, mas mesmo assim a secretaria aceita. Não é estranho?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não sei. (Manifestação dos presentes.)

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Por favor, senhores.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mesmo assim, vocês aceitaram o preço.

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Mas havia um departamento responsável pela avaliação do preço. Eu não via essa questão.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Por que existem duas chamadas do suco de laranja em 2013?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Porque quando a Dione entrou e conversou com a Marilena elas decidiram encerrar a primeira chamada, e foi aberta a nova chamada.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Encerrar por quê?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não sei.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quando se encerra um processo de chamada pública, pregão ou qualquer outro processo licitatório, como isso é feito do ponto de vista jurídico, formal, no processo?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - É publicado. É descrito no processo e é publicado o encerramento do processo.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Existe alguma justificativa para poder ser... O processo teria que ter alguma justificativa?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Por que o de 2013 não teve?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - É preciso verificar com o Departamento de Suprimentos e Licitações, cuja diretora na época era a Marilena.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Abriu-se um novo sem se cancelar o anterior. Não é estranho?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - O Departamento de Suprimentos e Licitações, cuja diretora era a Marilena, era quem respondia por isso, tanto pelo encerramento quanto pela abertura.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - De acordo com o seu conhecimento, é estranho ter aberto um novo sem cancelar o anterior?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não só estranho como juridicamente um absurdo, não é? E por que, no de 2013, a Coaf apresenta um preço, mas também fala, assim como fez em 2011, que vai usar o suco da GallCitrus, da Naturacitrus, e essa empresa também apresenta preço diferente. Não há alguma coisa errada?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - A questão do preço foi verificada por outro departamento.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Houve a primeira chamada, em 2013, e houve a segunda chamada. Quem presidiu a segunda foi a Dione?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não sei quem presidiu.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A Coaf foi contratada em 2013, mas não é pedida a entrega do suco. A senhora trabalhava no departamento de nutricionistas, o Cenut, sabia da necessidade dos estudantes. Por que os estudantes ficaram sem suco de laranja no contrato feito em 2013?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Porque a Dione e a Marilena não efetivaram o contrato.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Houve uma chamada que foi aberta e foi cancelada, depois houve outra. Então, foi assinado o contrato, mas não foi

feita a encomenda. Daí houve todo esse problema que todos nós conhecemos pela imprensa. Por que não foi pedido para o produto ser entregue?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Porque o Departamento de Suprimentos e Licitações e a coordenadora Dione decidiram não...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A senhora, como nutricionista, estava lá no setor, acompanhava isso. Não sentiu falta?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Nós fizemos a solicitação pelo Centro de Serviços de Nutrição. Quando saiu a chamada, nós fizemos a solicitação. Depois, decidiu-se que iria encerrar, então nós tomamos as providências para a abertura de nova chamada.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Voltando à questão do preço: preço de referência R\$ 1,52; preço apresentado pela Coaf, R\$ 1,50. O contrato é assinado com R\$ 1,56. O que a senhora considera sobre isso? Como isso é possível em uma chamada pública?

A SRA. MARCIA LIA - PT - É uma irregularidade?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Sim.

A SRA. MARCIA LIA - PT - É muita incompetência, não? Pelo amor de Deus. (Manifestação dos presentes.)

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Em 2014 a senhora trabalhou diretamente na Comissão de Licitação? Na chamada pública de 2014, por favor.

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Eu não me recordo, porque em 2014 eu fiquei um período em licença também.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Junto com o Eduardo e o Yuri.

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Eu não me lembro de quais processos eu participei, porque entre 2013 e 2014 eu fiquei em licença também.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Na Comissão de Licitação, a senhora está em 2014.

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Sim, que é o último, quando foi adquirido.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A senhora participou?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Desse eu participei.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quem calculou o preço de referência?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - O Departamento de Suprimentos e Licitações.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Os integrantes da Comissão não avaliavam se isso estava correto ou não?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O que vocês faziam nessa comissão?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Nós avaliávamos o recebimento das documentações que constavam no edital.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Vocês só avaliavam documentos?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E deixaram passar um monte de documentos falsos? A não inscrição na Ocesp, o laudo falso... Na época da habilitação, tinha que haver a inscrição no Cadin - Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais. A senhora sabe disso?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Sei que exigia a DAP.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E o Cadin também, estou falando do Cadin. Está no edital de 2014, não sou eu que estou dizendo. A senhora disse que estava na Comissão.

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Como eu disse, eu participei da Comissão e avaliei a parte dos documentos pertinentes ao produto.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Conforme o texto do próprio edital, a não inscrição era condição obrigatória. Ainda assim, a Coaf ganhou tempo para regularizar até a assinatura do contrato. Por que foi dado tempo para a Coaf regularizar sua situação?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não sei.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mas a senhora estava lá, era do setor da Comissão de Licitação...

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Mas eu avaliei a parte do produto.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Como, se a senhora dá uma resposta jurídica contra a consultoria? Há muita contradição. A senhora assina alguns documentos que não são para quem está cumprindo apenas papel de nutricionista, com todo o respeito. A senhora está fazendo algo a mais, fez algo a mais. A senhora estava no Conselho Estadual, fez parte da Comissão de Licitação, contestou a Procuradoria, a Consultoria Jurídica. Está difícil...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Alguém mandou a senhora assinar esse parecer técnico ao qual o deputado Alencar Santana Braga está se referindo?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não. Como eu tinha dito, eu conversei com a Ana Leonor, que era coordenadora na época, e ela pediu para eu escrever e encaminhar para ser passado para o Departamento de Suprimentos e Licitações fazer o parecer final. Foi isso que eu encaminhei, mas o Departamento de Suprimentos e Licitações não colocou o parecer final, foi isso que aconteceu. Eu conversei com a Ana Leonor, que era a coordenadora na época.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A senhora conhece Cássio Chebabi, Carlos Alberto Santana, Emerson Girardi, Marcel Julio, César Bertholino, Carlos Luciano Lopes - o Carlinhos - e o assessor Jeter Rodrigues?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O Sr. Jeter Rodrigues?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A senhora conhece o Padula?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Como ele agia junto ao setor da Cise? Ele se reunia constantemente?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Eu não sei como eram as reuniões entre os coordenadores e o gabinete.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mas havia?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Acredito que sim, mas não sei como funcionavam.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Para onde foi encaminhado o documento do reequilíbrio?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - O documento do reequilíbrio entrou pelo Departamento de Recebimento de Documentos da Cise, com a Andreia Oliveira, e ela encaminhou para o Cenut. Quem recebeu foi a Isabela, que deixou na minha mesa.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A senhora tem memória boa, hein? Para lembrar tudo isso, detalhe por onde passou, as pessoas...

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Eu lembro porque foi relatado a mim que eles receberam, e eu vi o caderno com o recebimento dessas pessoas.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O documento seria este aqui?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não me recordo. (Manifestação dos presentes.) Eu me lembro do conteúdo do documento, o conteúdo pedia o reequilíbrio, mas eu não me lembro da formatação do documento, se era este ou não, mas o conteúdo...

O SR. - (Inaudível.)

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Como eu disse, quando o documento sumiu, houve um grande envolvimento para procurar o documento, saber onde estava o documento, e então foi levantado por quais pessoas passou o caderno, por isso eu sei dizer por quais pessoas ele passou.

A SRA. MARCIA LIA - PT - E aí o deputado Alencar achou o documento?

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Sra. Dione, sobre esse documento de reequilíbrio que desapareceu, a última pessoa pela qual ele passou foi a senhora? Passou pelas suas mãos e depois desapareceu?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Sim.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Não passou pelas mãos de nenhuma outra pessoa? Passou por último pelas mãos da senhora?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Eu conversei com o Cleiton sobre o conteúdo desse documento, mas eu não sei se ficou com ele ou não.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Diga sim ou não: a última pessoa por quem o documento passou foi a senhora?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Sim.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Foi aberta uma sindicância na Secretaria para apurar responsabilidade a respeito desse desaparecimento?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não sei.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Obrigado.

O SR. GILMACI SANTOS - PRB - Sra. Dione, por diversas vezes a senhora disse que conversou com o - qual é mesmo o nome dele?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Cleiton Gentili.

O SR. GILMACI SANTOS - PRB - Por várias vezes a senhora disse que conversou com ele a respeito desse documento. A senhora acredita que ele tem participação no sumiço desse documento?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não sei.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sra. Dione, a senhora disse que não era comum sumir documento, que foi a primeira vez. Um documento dessa importância... Está em gravação telefônica transcrita, está no processo que o chefe de

gabinete da Secretaria de Educação, o Padula; o chefe de gabinete da Secretaria da Casa Civil, o Moita; e o Marcel, que vai depor daqui a pouco... Há uma triangulação: o Marcel fala com o Moita, e o Moita fala com o Padula, e o Marcel também fala com o pessoal da Coaf. A senhora não acha estranho sumir justamente esse documento? A senhora entendeu o que respondeu há pouco? A senhora disse que sumiu na sua mão.

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Sumiu da minha mesa, não da minha mão.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A senhora falou ao deputado Estevam Galvão agora...

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Eu fui a última a pegar o documento, porque depois disso ninguém...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quem mexia em suas coisas?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - A sala era aberta, havia 20 pessoas na sala. Não sei quem pode mexer nas minhas coisas.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Todo mundo que trabalha com colegas sempre tem um com quem tem mais intimidade, que vai lá, mexe e não causa estranheza no setor. Quem mexia na sua mesa sem causar alguma estranheza?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Eu não sei, eu não sei.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A senhora conversava muito com o Sr. Cleiton Gentili?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Nós tratávamos das questões da agricultura familiar do Centro. A diretora era a Viviane, o Cleiton, a Mariana e eu.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Qual era a principal pessoa da agricultura familiar nesse tempo em que a senhora estava lá?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Neste último período, foi ele. Neste último período foi o Cleiton, porque, como ele veio da agricultura familiar, ele estava dando um suporte para nós nessas questões.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ele não era da Educação? Era de onde?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Ele trabalhou um tempo na Secretaria da Agricultura também.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ele volta da Secretaria da Agricultura para a Secretaria da Educação e já participa desse processo?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Sim. Ele participou de outros processos, ele ajudava nas questões relativas à agricultura familiar.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Já chega mandando em um processo desses, é isso?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não mandando, dando um suporte.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mas chega chegando?

O SR. GILMACI SANTOS - PRB - Sra. Dione, depois da sua conversa com o Cleiton, qual foi o parecer dele sobre esse documento? Qual foi o encaminhamento que ele deu a respeito desse documento? Ou ele não deu nenhum encaminhamento?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Eu não perguntei.

O SR. GILMACI SANTOS - PRB - Mas nem uma conversa informal? Como se deu essa conversa?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Eu não perguntei.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - A senhora falou com ele sobre esse documento o que então?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Eu pedi para ele encaminhar esse documento, para ele verificar o que...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Mas não discutiu com ele, não trocou ideia, nada?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não, eu falei para ele que, normalmente, quem trata disso é o Departamento de Suprimentos e Licitações. Foi isso que eu falei para ele, e pedi que ele que resolvesse isso.

O SR. GILMACI SANTOS - PRB - E ele não deu nenhum encaminhamento para a senhora a respeito desse documento?

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Sra. Dione, a senhora fazia a conferência da documentação pertinente ao produto...

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Sim.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - E há denúncia de que o laudo era falso. A senhora acha que errou nesse caso?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Acredito que nós recebemos diversos documentos de diversas empresas. O documento veio... O documento original, assinado, timbrado. Nós presumimos a idoneidade da empresa.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Eu perguntei se a senhora acha que errou, se houve falha.

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - No caso do laudo, não.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Vocês não erraram?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - No caso do laudo, não. Quem errou foi a empresa em entregar um laudo falso.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Na sequência, por exemplo, foram apontadas outras falhas em documentos, que não seriam especificamente da senhora. Seriam daqueles dois outros membros da comissão? Eles que analisavam os outros documentos?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Acredito que sim.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - A senhora não sabe quem analisava os outros documentos?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Eles analisaram. Os documentos solicitados no edital foram eles que analisaram.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Quem era responsável pela análise dos demais documentos do edital, que não eram especificamente da senhora? Quem eram os...

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Demais membros da comissão.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Quais são, novamente?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - O Eduardo e o Yuri.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Em função disso tudo, desses erros todos, a senhora tem conhecimento se algum de vocês três sofreu algum processo por conta de aceitarem - ou serem enganados - por documentos supostamente falsos?

Algum de vocês três sofreu alguma sanção, ou está sofrendo algum processo?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Que eu saiba, não. Eu estou pelo documento... Que eu saiba, o processo administrativo é pelo documento que sumiu.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Que a senhora sabe ou que a senhora tem certeza?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não. Eu fui ouvida pelo corregedor, só por...

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - A senhora recebeu uma cópia que esclarecia por que a senhora estava sendo investigada? Não? A senhora só foi chamada e foi ouvida...

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não fui chamada. Eu fui chamada pelo corregedor apenas para tratar das mesmas questões que nós estamos tratando aqui.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Que é do sumiço, especificamente?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Sim.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Só isso?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Só.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - A senhora já sofreu algum outro processo alguma vez?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sra. Dione, a senhora conversou alguma vez com o César sobre degustação do suco de laranja?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - De nome eu não lembro das pessoas com quem tratei. Eram muitas pessoas...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Com alguém da Coaf?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Conversei.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A senhora se lembra dele?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Lembro.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Como ele era?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Lembro-me de nós termos tratado principalmente as questões de teste muito por telefone. Não me lembro das pessoas.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quem era a pessoa pelo telefone com quem você tratava?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não lembro os nomes. Nós marcávamos muitos testes lá. Muitos testes de produto. Eu não consigo me lembrar.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ele disse, o César Bertholino, que já esteve com a senhora para realizar degustação de suco de laranja vendido para a Coaf. A senhora disse que se recorda, mas não se lembra dele.

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Pode ser que sim. Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Houve outras reuniões ou telefonemas de integrantes da Coaf para tratar de interesses da cooperativa?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Comigo e com o centro de nutrição, nesse sentido, foram tratados dos documentos e dos testes. Comigo foi para tratar dos testes e da chamada pública, só.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Há uma pessoa que fez um depoimento, que diz que o Sr. Jeter ligou na frente dela para a Sra. Dione, que fica na 13 de Maio - isso que o deputado Barros cita - e que cuida da alimentação lá na secretaria,

e que ela disse ao Jeter que ia sair o edital. A senhora lembra de ter dito isso a alguma pessoa? Dizer que ia sair o novo edital?

O de 2013 tinha sido cancelado sem razão, ninguém sabe. A pedido da Dione, ela mesmo falou, mas ela disse que não estava o motivo, na semana passada. Aí dizem ao Sr. Jeter que ia sair um novo. A senhora se lembra de ter dito isso?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Eu lembro que, quando foi encerrado o processo, nós éramos muito questionados, se ia haver outra chamada pública, se nós íamos comprar o suco de laranja, tanto por cooperativas e representantes de produtos quanto pelos coordenadores, os diretores internos.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Representantes de quem mais?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - De cooperativas.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Representante de algum político?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não sei. Nós recebíamos por e-mail, até deputados, diversas...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Deputados? Quem, sobre isso?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Eu não lembro os nomes. Porque sempre que nós respondíamos um parecer... Vem com o número do parecer, do questionamento do deputado, e nós...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ele disse isso aqui em uma delação. Portanto, ele não poderia mentir. Se ele mentir, ele perde o benefício. Tudo indica que... Ele vai depor daqui a pouco. Já deu vários depoimentos. Ele disse que essa pessoa disse que teria te ligado e a senhora informou: "Vai abrir um novo processo".

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Sim, seria aberto um novo processo, realmente.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A senhora se lembra dessa pessoa? Se o nome dele era Jeter?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não lembro.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ele chega até a dizer que a senhora teria reclamado ao César. “Chegou a reclamar ao César e Cassio que o Jeter estava ligando insistentemente para ela”. A senhora disse isso para alguém?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não. Como eu te falei. Nós recebíamos uma série de questionamentos, então era disso que nós conversávamos. “Olha, nós estamos correndo para fazer a chamada pública”. Porque nós tínhamos até uma necessidade de cumprir a legislação federal, de cumprir com a execução do recurso.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Qual a pessoa que mais te ligava? Quem mais insistia?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Quem mais insistia conosco era o diretor e o coordenador do...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Dê os nomes, por favor.

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - O diretor era o Rodrigo Pimenta e a coordenadora a Dione.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Só para concluir, Sra. Dione, alguns servidores foram ouvidos na Corregedoria.

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Eu fui.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Foi aberto um processo à parte contra a senhora, devido ao sumiço do documento, e a senhora disse há pouco que foi a última pessoa que tomou... Então, tem responsabilidade.

A senhora assina um parecer contrário à consultoria jurídica. Tem responsabilidade. A senhora já perdeu o emprego, outros não.

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Perdi o cargo.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ela perdeu o emprego dela.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Ela ganhava um dinheirinho a mais.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não, ela perdeu o emprego dela. Ela está em outro concurso. Ela perdeu o que ela estava comissionada desde 2009 sem razão, por nada, tendo um poder importante. Então perdeu, sem qualquer justificativa, sem qualquer razão.

Outras pessoas estão protegidas. Existe alguma nova informação? Porque essas pessoas delatam e falam da senhora. Dão depoimentos. Tem documentos que a senhora assinou. A senhora diz que a fiscalização lhe competia. Tudo isso.

Há alguma declaração importante que a senhora não deu ainda, mas que gostaria de fazer.

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Algum nome que gostaria de citar, reparar algum depoimento?

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É, deputado Barros Munhoz. É difícil.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Queria dizer que a diferença entre o depoimento do Moita, do Padula, da outra Dione e o dela é que eles responderam 99% das perguntas, e ela não respondeu 99% das perguntas. Por isso o tratamento é diferente, de minha parte.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Sr. Presidente, vários deputados, tanto da oposição quanto da situação, se referiram muitas vezes ao procedimento interno para apuração do sumiço de documento, dando um valor à sindicância interna, que eu concordo.

Eu quero, na oportunidade, pedir para que seja submetido ao pleno aqui dois requerimentos meus, para que sejam votados hoje, convocando dois responsáveis pela sindicância interna da Assembleia, porque até agora nós não tivemos acesso.

Meu receio é que a CPI conclua os trabalhos sem ter acesso à sindicância da Assembleia, que começou há muito tempo, para apurar o envolvimento de assessores aqui da Casa.

Peço aos nobres pares que apoiam a entrada...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Eu só indagaria... Tem havido contato entre V. Exa. e o presidente da comissão?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Não. Foi solicitado...

É possível informar como está o andamento das informações solicitadas?

Ao departamento que está fazendo a investigação do caso dos funcionários da Casa.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Acho que é a Comissão Processante. Não é?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - A Comissão Processante respondeu... Responderam. Temos a resposta aqui. Então, todos os Srs. Deputados podem acessar a resposta.

A SRA. MARCIA LIA - PT - É resposta ou é a cópia do processo? Porque nós queremos a cópia do processo, e não resposta.

O que tem? A cópia ou a resposta?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Aí eu acho que nós vamos ingerir, e eventualmente tornar até nulo processo.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Só para esclarecer. O processo, de uma forma geral, também é sigiloso, mas foi mandada uma cópia dos depoimentos dos investigados. A comissão tem cópia e todo e qualquer deputado pode, na Comissão de Sindicância, ter acesso ao processo, para verificar, olhar o processo.

O processo como um todo não será mandado para esta comissão, mas todo e qualquer deputado pode ter acesso ao processo na Comissão de Sindicância.

A outra questão, vou voltar a insistir, para que nós não quebrems um procedimento, é que os requerimentos nunca são colocados em votação sem que antes sejam publicados. Esse é o procedimento que nós adotamos desde a primeira reunião, e eu não gostaria de quebrar esse procedimento.

Então, V. Exa., por favor, faça o protocolo do pedido, assim como foi feito o do deputado Barros Munhoz, que na próxima reunião será colocado para votação.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Tudo bem.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Só uma questão. Eu acho que a cópia do processo de sindicância já veio à comissão mais completa. Ela veio completa ou não?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Não. Só a dos depoimentos do...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Só os depoimentos?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Isso. O requerimento que foi feito foi pedindo o depoimento dos investigados. Também foi pedido qual era a posição, como estava.

Então, há informação. Veio a cópia dos depoimentos, e a informação da Comissão de Sindicância está aberta para consulta. O processo está aberto para consulta de todos os Srs. Deputados.

O acesso ao processo também foi deferido pela Comissão de Sindicância.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Vossa Excelência me permite, só pela oportunidade? Eu gostaria de dizer que o presidente dessa Comissão, o Dr. Silvio, foi

procurador-chefe nos meus dois mandatos de presidente, e trata-se de um servidor exemplar, e competente.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Obrigado, deputado. Só para que nós possamos dar encaminhamento à proposta feita pelo deputado Barros Munhoz, eu queria colocar em votação o requerimento do deputado, para que nós pedíssemos a abertura de inquérito policial para investigar uma possível...

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Sr. Presidente, só uma pequena correção. Eu sou a favor, mas V. Exa. está contrariando a própria orientação metodológica da comissão. Submeter requerimentos para...

Então aproveite e coloca o meu então agora para ser apreciado junto com o dele.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Esse tipo de questão, deputado... nós - como foi levantado da outra vez - sempre levantamos a questão de prisão, do depoente não estar... Esta questão nós sempre decidimos aqui na própria comissão.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Sr. Presidente, eu insisto. Submeta ao pleno. Nós temos urgência na CPI. A convocação eu posso ler aqui, é simples. Eu estou convocando o Zakir e o Silvio.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - O problema é que nós vamos abrir a sessão, deputado. Nós vamos abrir a sessão.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Presidente, sobre essa questão do requerimento, acho que aprovamos aqui, inclusive verbalmente, uma acareação entre o Jeter e o Merivaldo. Estamos aqui esperando que...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Sim, porque estavam aqui na Casa, foi coisa decidida...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Estamos esperando a data para que eles venham e façam a acareação.

Mas tem outros requerimentos que apresentamos e que não entraram. Por exemplo, a vinda do ex-presidente desta Casa, Leonel Julio, não está para ser votada. A reconvocação do Cassio Chebabi, porque o próprio procurador-geral de Justiça disse que não teria problema nenhum ele falar à CPI, mas ele veio aqui e se esquivou dizendo que não podia. Se não apresentarmos esses requerimentos, se não os trouxermos para votação, teremos prejuízo.

Temos vários outros que não entraram, tem vários do deputado Rillo, por exemplo. A Sra. Camila Chebabi, que é a esposa do Chebabi. Então, presidente, o que entra na pauta?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Deputado Alencar Santana, a questão...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Queria entender o critério.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - A questão aqui é a seguinte, e eu volto a insistir. Queria aproveitar, logo após o depoimento do próximo que virá aqui, que vai ser feito inclusive em uma reunião reservada, que pudéssemos, depois, como membros da comissão, decidirmos isso em conjunto.

Não tenho nenhum problema em colocar isso em pauta. Até convocamos uma reunião a qual, infelizmente, poucos membros da comissão puderam comparecer para discutir um pouco esse andamento.

Eu não tenho nenhum problema em fazer isso.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Só para um esclarecimento, presidente. Então também entra a questão do deputado João Paulo Rillo?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Entra, lógico que entra.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Não, entra a questão de debater se vamos votar ou não.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Exatamente...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Porque o problema...
(Falas sobrepostas.)

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Para não precisar fazer o requerimento na outra.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - O problema, deputados, é que temos aqui o papel de investigar a questão do Estado, mas, também, a de investigar prefeituras. Se formos protelar e cada vez reconvocar testemunha vai chegar uma em que nós...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Tem alguns que nós nem convocamos ainda e que são necessários. Nem estão na pauta.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Pois é, precisamos discutir o que é necessário e o que não é, porque, em função dos depoimentos já feitos, precisamos fazer essa discussão.

Vamos fazer isso depois da do... (Falas sobrepostas.)

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Vamos dispensar também a “Dra. Não Sei”.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sra. Dione, a senhora foi usada e acho que alguma Dione não é a senhora, é a outra Dione ainda que...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Senhores, coloco primeiro em votação o requerimento feito no qual se pede a abertura de um inquérito policial para investigar o possível crime de falso testemunho ou qualquer outro delito da Sra. Dione.

O SR. GILMACI SANTOS - PRB - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Pela ordem.

O SR. GILMACI SANTOS - PRB - Falso testemunho, acredito que - não que eu esteja defendendo a Sra. Dione -, mas acredito que teremos que fazer isso com todos. O próprio Moita, quando esteve aqui na semana passada, mentiu descaradamente quando disse... (Vozes fora do microfone.)

Mas vou falar do Moita principalmente, porque estou lendo algo a respeito. Quando ele diz, por exemplo, que foi mandado para o bar - que é de uma pessoa pobre e necessitada - lá em Mongaguá, uma geladeira, um freezer para vender suco de laranja, ele mente. No depoimento do Marcel ele disse que isso não existe, que foi dado dinheiro para ele comprar o freezer e que o bar é dele, do Moita. Não é de nenhum senhor pobre.

Então há mentira por todos os lados. Penalizar só uma pessoa seria no mínimo incoerente.

Teríamos que abrir inquérito para todos que estiveram aqui e que mentiram.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - O problema, deputado, é que nós...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Vamos deixar todos os mentirosos perdoados então. (Vozes sobrepostas.)

Não vamos convocar ninguém e ficamos nós aqui.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - A minha proposta é que inclua o Moita já que... (Vozes sobrepostas.)

O SR. GILMACI SANTOS - PRB - Há outros que estiveram aqui e mentiram descaradamente.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Esse tipo de procedimento é objeto de consideração do relatório, após o conjunto todo de provas. Acho totalmente imprudente tomarmos qualquer providência... (Vozes sobrepostas.)

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Concordo com a colocação, desde que se coloque no relatório.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Todos concordam então com a colocação do deputado Caruso?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Se não for colocado eu acrescento. Está perfeito, perfeito.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Questão de ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Questão de ordem.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quero manifestar que se o relatório assim apontar e houver clareza, será aprovado.

Só um comentário, ela falou que fez parte do Conselho de Alimentação Escolar, mas acabou não respondendo muito sobre isso. Em algum relatório do Conselho dizendo que havia, pelo menos em uma escola, uma quantidade enorme de suco de laranja além do necessário.

A SRA. DIONE MORAES PAVAN - Não me recordo.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Você não vai conseguir tirar nada, irmão. Essa aí é esperta.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Então fica aqui a indicação do nobre deputado Caruso para que seja incluído no relatório. Vamos dispensar então a testemunha e suspender por dez minutos para que se possa esvaziar a sala para ouvir a testemunha.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Sr. Presidente, mas a imprensa permanece, não?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Não, claro que não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, vamos deliberar...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Na verdade, nobres deputados, foi aprovada uma...

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Então ela é secreta, não é reservada.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Foi aprovada uma secreta. Mesmo na reservada a imprensa não participa, mas foi aprovada aqui uma reunião secreta para ouvi-lo, porque essa foi a condição do depoente.

- Está suspensa a reunião.

* * *

- Realização de reunião reservada com o Sr. Marcel Ferreira Julio.

- Após, a reunião é reaberta e torna-se pública novamente.

* * *

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Todos podem entrar, por favor.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Dois minutos a reunião, não mais do que isso. Contra-argumento não tem, já encerrou. Ele vai falar...

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Ele já pode declarar.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Só um minutinho. Pronto. Já chegou todo mundo. Vamos lá, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Senhoras e senhores, havia sido feito um requerimento pelo depoente de que se fizesse uma reunião secreta para que ele pudesse falar.

Chegando aqui, o deputado colocou outra questão que passa a expor agora.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Não, não. Ele tem o direito.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Só declarar. Está bem. Ele se reservou o direito em função do habeas corpus que tem de...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Não, não, não. Em função da Constituição.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, por favor.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Ele só tem que declarar, presidente.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Habeas corpus não resguarda.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - É, em função da Constituição.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Ele só tem que declarar.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Esse é o mesmo anterior. Não tem habeas corpus novo.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Sr. Presidente, ele só tem que declarar.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Está bem.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Em função da Constituição. Em função do direito constitucional.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Faça só a pergunta a ele, presidente. Só proforma.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Está bem. O senhor se comprometeu a depor aqui. O senhor aceita depor para esta comissão?

O SR. MARCEL FERREIRA JULIO - Vou me reservar o direito dado pelo tribunal de permanecer em silêncio.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - A todas as perguntas o senhor não vai responder?

O SR. MARCEL FERREIRA JULIO - Não.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Vamos liberá-lo e fazer a discussão dos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - É isso aí. Então, liberado. E vamos fazer a discussão dos requerimentos. Existem os requerimentos de itens 1 a 7.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Você tem a pauta dos requerimentos?

O SR. - Não.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Esta Presidência suspende a reunião por um minuto.

* * *

- Suspensa, a reunião é reaberta sob a Presidência do Sr. Marcos Zerbini.

* * *

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Item 1 - Solicitante, deputado Alencar Santana Braga, Requerimento nº 164, de 2016, que requer que seja determinada a quebra de sigilo fiscal, bancário e telefônico do Sr. César Augusto Lopes Bertholino, no período compreendido entre 02 de janeiro de 2014 e 31 de julho de 2016.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item 2 - Requerimento nº 165, de 2016, que requer que seja determinada a quebra de sigilo bancário e telefônico do Sr. Jeter Rodrigues Pereira, no período compreendido entre 02 de janeiro de 2014 e 31 de julho de 2016.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item 3 - Requerimento nº 166, de 2016, que requer que seja determinada a quebra de sigilo bancário da Pacielo Consultoria Jurídica CNPJ nº 09.142.815/0001-80, no período entre 01 de junho de 2014 e 31 de agosto de 2016.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item 4...

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Pela ordem, deputado Jorge Caruso.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Os itens nº 4 e 5 dizem respeito a acareações a serem propostas. Hoje tivemos a notícia de que chegaram documentos tratando, por parte do Sr. Marcel, de muitas questões de que temos que tomar conhecimento.

Então, me parece ainda um pouco precipitada essa acareação. Peço vistas dos itens 4 e 5.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Deputado Caruso, com todo respeito ao seu pedido, mas, como todo mundo falou, chegou um processo do TJ para nós. Ontem falei com o deputado Zerbini por volta das quatro e meia e ele me disse que havia chegado um novo documento quando tivemos acesso, que é um novo depoimento.

O Sr. Marcel não falou aqui, para nós, mas disse o próprio advogado que aquilo que ele falou na delação é o dito.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Perfeito.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A partir dali estamos solicitando algumas medidas.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Só que a essência da acareação é justamente...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Colocar um na frente do outro.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Pegar dois depoimentos onde há pontos contraditórios e chamar as duas partes para esclarecer isso.

A partir do momento em que o próprio requerimento não traz, no item 4, nenhum ponto contraditório entre os dois e não faz menção. E, no item 5, sequer poderia fazer menção a qualquer ponto contraditório, porque tomamos conhecimento agora da versão apresentada pelo Sr. Marcel, o tema acareação me parece impróprio. Não parece haver subsídios para isso.

Por esse motivo, deputado Alencar, respeito o pedido de V. Exa., mas mantenho o pedido de vistas.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, é que no depoimento...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Vossa Excelência pode argumentar, mas é regimental o pedido do deputado Caruso.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ok, só estou argumentando. Posso argumentar para que ele retire se quiser? (Vozes sobrepostas.)

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Mas o deputado Caruso está corretíssimo, deputado Alencar.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Eu sei, mas posso argumentar, deixem-me fazer meu argumento.

Na delação que o Marcel faz - isso já está no primeiro processo, antes mesmo do segundo, ao qual tive acesso ontem, quase cinco horas da tarde - ele fala do contato que teve com o Sr. Licá. O Sr. Licá, quando veio aqui, disse que não, que só teve uma vez, que era uma fantasia.

Então precisamos tirar a dúvida desse ponto.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Não, mas me parece...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Só um segundo, deputado.

O Sr. Marcel disse, na delação, o papel que o Jeter cumpriu, o papel que o Merivaldo cumpriu, da ameaça. Aliás, no pouco que falou hoje ele disse que o Jeter o ameaçava, senão ia prejudicar o contrato com a Coaf. E o Jeter disse que não, o Jeter disse que não assinou recibos, o Marcel disse que assinou vários. Precisamos juntar os dois.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Eu não tiro suas razões, deputado Alencar, mas, como eu disse aqui quando a sessão estava fechada, muitos questionamentos foram feitos com base naquilo que foi feito na polícia, com base no procedimento do Ministério Público, houve insinuações ou pensamentos no sentido de que houve pressões oferecidas às partes que foram ouvidas.

E o que me pareceu mais lógico de tudo isso foi que, quando o Marcel esteve aqui há poucos momentos, foi ofertada a essa Comissão todos os documentos pertinentes aos esclarecimentos e reiteraões da delação, mas que foi oferecido junto ao Tribunal de Justiça, que me parece ser um órgão competente, sereno e que, com certeza, captou essas informações com muita imparcialidade.

Esses argumentos não vieram a nós, estão chegando agora, então, a partir daí, acho que podemos, eventualmente, concluir aquilo que V. Exa. está concluindo com base naquilo que aconteceu. Mas eu prefiro tomar minhas conclusões com base naquilo que foi oferecido ao Tribunal de Justiça. Daí os meus motivos de manter o pedido de vistas.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Só para informar, estou fazendo com base naquilo que o Tribunal de Justiça nos enviou.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - É regimental o pedido de Vossa Excelência. (Vozes sobrepostas.)

Esta Presidência concede vistas aos itens 4 e 5.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Peço vista conjunta, deputado.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - É regimental, vistas conjuntas ao deputado Alencar Santana.

Item 6 - Requerimento nº 169, de 2016, que requer que seja convidado o Sr. Prof. Azaute Martins de França, ex-presidente do Conselho Estadual de Alimentação Escolar de São Paulo, para prestar esclarecimentos sobre a política de alimentação escolar executada pelo governo paulista nos anos de 2011 a 2014.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item 7 - Requerimento nº 170, de 2016, que requer que seja solicitada à Corregedoria Geral do Estado informar se o Sr. Marcel Ferreira Julio foi convidado a prestar esclarecimentos a essa Corregedoria e se não, por que o convite não foi realizado.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Não havendo mais nada a tratar...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Peço aos Srs. Deputados que permaneçam para assinar os documentos.

Pela ordem, deputado Alencar Santana.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Vossa Excelência disse que teria uma reunião para falarmos sobre os requerimentos e quero, desde já, deixar registrado publicamente, que façamos o pedido de reunião urgentemente, se possível hoje, para o procurador de Justiça e para o procurador responsável por este caso, para tirarmos essa dúvida levantada pelo advogado.

Isso se faz necessário para que não sejamos chamados de palhaço, como fomos aqui pelo Dr. José Adriano.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Farei contato com o corregedor para marcar a reunião.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Procurador.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Com o procurador. Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Está encerrada a reunião.

* * *